

NEGRITUDE & PESQUISA

CONTEXTOS E RESISTÊNCIAS

**Lucas Almeida Dias
(Organizador)**

NEGRITUDE & PESQUISA

CONTEXTOS E RESISTÊNCIAS



Dados Catalográficos

DIAS, Lucas Almeida (organizador). *Negritude e Pesquisa: 1a edição* Gradus Editora. 52 páginas. 2024.

ISBN: 978-65-88496-53-4

CDD 370.00

Todos os autores cedem os direitos autorais da obra para a Gradus Editora, impossibilitando a reprodução por outras editoras ou meios de veiculação de materiais didáticos, científicos e acadêmicos de cunho comercial, não comercial, associação científica ou cultural, bem como Instituições de Pesquisa, pelo prazo de exploração de 70 anos, conforme Lei 9.610/98.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de atribuição Creative Commons.

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC-BY-NC-ND).

GRADUS EDITORA – Todos os Direitos Reservados – 2023
Rua Luiz Gama, 229. Vila Independência. Bauru, São Paulo. Brasil.
www.GRADUSEEDITORA.com

Editor-chefe: Lucas Almeida Dias
Registro e indexação: Gradus Editora | Câmara brasileira do livro | CrossREF
Capa: Bruno M. H. Gogolla
Diagramação: Bruno M. H. Gogolla

Comitê editorial científico – Gradus Editora

Prof. Dr. Douglas M. A. de A. P. dos Santos

Profa. Dra. Cintya de Oliveira Souza

Profa. Dra. Ana Cláudia Bortolozzi

Profa. Dra. Andreia de B. Machado

Profa. Dra. Manuela Costa Melo

Prof. Dr. Carlos Gomes de Castro

Profa. Dra. Ana Beatriz D. Vieira

Profa. Dra. Janaína Muniz Picolo

Dr. Yan Corrêa Rodrigues

Prof. Dr. Thiago Henrique Omena

Prof. Dr. Luís Rafael Araújo Corrêa

Prof. Dr. Fábio Roger Vasconcelos

Prof. Dr. Leandro A. dos Santos

Prof. Dr. Gustavo Schmitt

Prof. Dra. Renata Cristina L. Andrade

Profa. Dra. Daniela Marques Saccaro

Profa. Dra. Gladys del C. M. Morales

Profa. Dra. Márcia Lopes Reis

Prefácio

É com grande honra que apresento este livro, **Negritude e Pesquisa**, uma obra que não apenas ilumina o papel fundamental que a negritude desempenha no cenário acadêmico, mas também reconhece a rica tradição de excelência intelectual negra que tem sido, por tanto tempo, negligenciada ou subestimada.

Ao abordar as múltiplas facetas da negritude no campo da pesquisa, este livro oferece uma visão crítica e enriquecedora, que não apenas desafia as narrativas hegemônicas, mas também amplifica as vozes daqueles que, historicamente, foram marginalizados. A relevância deste trabalho se reflete na crescente importância de uma academia mais inclusiva, diversa e equitativa, que acolhe e celebra a contribuição inestimável de pesquisadores negros.

Neste contexto, é impossível não mencionar figuras proeminentes que abriram caminhos e pavimentaram estradas para que as novas gerações possam seguir com maior liberdade e reconhecimento. Nomes como W. E. B. Du Bois, um dos pioneiros na sociologia moderna, cuja obra seminal **The Souls of Black Folk** continua a inspirar e orientar debates contemporâneos sobre raça, identidade e pesquisa social. Suas contribuições não apenas estabeleceram novas bases teóricas, mas também destacaram a importância da experiência negra como uma lente crucial para a compreensão da sociedade.

Da mesma forma, Angela Davis, cuja interseccionalidade entre raça, gênero e classe oferece um quadro analítico indispensável para a pesquisa crítica contemporânea. Davis, com sua obra e ativismo, demonstrou que a pesquisa não é apenas um ato de produção de conhecimento, mas também uma forma de resistência e transformação social.

Outro gigante do pensamento é Frantz Fanon, cuja análise sobre o colonialismo e a psicologia da opressão em **Pele Negra, Máscaras Brancas** continua a influenciar profundamente estudos pós-coloniais e críticas à desumanização racial.

No cenário brasileiro, não podemos esquecer de Abdias do Nascimento, cujas contribuições na área da cultura, literatura e ativismo negro são inestimáveis. Sua luta pela valorização da cultura afro-brasileira e sua denúncia do racismo estrutural foram fundamentais para a formação de uma consciência crítica que perpassa tanto o ativismo quanto a academia no Brasil.

Este livro, **Negritude e Pesquisa**, não só honra esses legados, mas também propõe novos caminhos para o futuro da pesquisa acadêmica, onde a negritude é reconhecida como uma força motriz de inovação, criatividade e resistência. A diversidade de vozes e perspectivas presentes nesta obra é um testemunho do poder transformador da negritude no campo do conhecimento.

Que este livro inspire novas gerações de pesquisadores a continuar o trabalho desses gigantes, a romper barreiras e a criar um mundo acadêmico mais justo, inclusivo e reflexivo. A jornada é longa, mas com cada novo passo, nos aproximamos de uma academia que verdadeiramente reflete a diversidade e a riqueza da experiência humana.

Prof. Doutorando Lucas Almeida Dias - UNESP.

Sumário

MULHERES, PSICÓLOGAS E NEGRAS: articulando raça e classe em 1984.....9

Camila Rodrigues Francisco - PUC-SP

Vivane Martins Cunha - UFMG

Museu Orgânico Terreiro Cultural da Mestre Maria de Tiê 15

Antônio Nyck Wallace Tavares Freire

O ESQUEMA EPIDÉRMICO RACIAL DE FRANTZ FANON E O RACISMO ESTRUTURAL: falas racistas sob análises de alunos do ensino médio de uma escola estadual..... 25

Daniel da Silva Barbosa – UNESP/Marília

BREVE HISTÓRICO DO PENSAMENTO CIENTÍFICO BRASILEIRO SOBRE SAÚDE MENTAL E RACISMO: Passado, Presente e Futuro 31

Renan Vieira de Santana Rocha – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

TRABALHO REMOTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: relato de experiência uma professora negra em período pandêmico. 37

Jacqueline Gusmão – Prefeitura Municipal de Presidente Prudente.

O CAMINHO DE VOLTA – reflexões de uma pesquisadora em retorno..... 41

Júlia Araújo Carvalho – FCL-Ar/Unesp

VIDAS QUE IMPORTAM? Pessoas LGBTQIA+ negras no contexto das políticas públicas de Educação e Assistência Social..... 47

Lorena Rodrigues de Sousa

Alline Aparecida Pereira

MULHERES, PSICÓLOGAS E NEGRAS: articulando raça e classe em 1984

Camila Rodrigues Francisco¹ - PUC-SP

Vivane Martins Cunha² - UFMG

1. INTRODUÇÃO

O reconhecimento da presença pioneira de psicólogas e psicanalistas negras na história da psicologia enquanto ciência e profissão, no contexto brasileiro, é frequentemente interdito em nossa formação acadêmica. Na última década, a contribuição dessas profissionais tem sido intensamente resgatada e amplificada, principalmente por intelectuais negras e negros na psicologia e áreas afins (GANDÍA, 2022; MARTINS, 2022; OLIVEIRA, 2020; PRESTES & FAUSTINO, 2021; SANTOS & SANTOS, 2020). No Sistema Conselhos de Psicologia, temos visto uma trajetória que também revela como nossos passos vêm de longe (VILAS BOAS & MOURA, 2022).

Em 1984, no editorial do renomado periódico *Psicologia, Ciência e Profissão* foi publicado “Eu, mulher, psicóloga e negra”, contendo relatos de quatro profissionais - Edna Maria Santos Roland, Gicele Maria de Menezes Alakija, Neli Ferreira Mures e Olga Inácio de Moura - discutindo questões relacionadas às suas atuações profissionais, articuladas com suas vivências enquanto mulheres e negras (EDITORIAL, 1984). Suas histórias são inspiradoras e demonstram a longevidade e continuidade histórica de suas contribuições, especialmente porque ainda enfrentamos na atualidade problemas semelhantes aos delas.

Neste ensaio, nos limitaremos em ecoar suas contribuições no que concerne à articulação entre as questões raciais e os aspectos socioeconômicos, tema de grande incidência no debate antirracista brasileiro. Trata-se de um trabalho que integra a pesquisa de doutorado em andamento da primeira autora, o qual reflete sobre a atuação de psicólogas negras durante a pandemia da COVID-19. Na etapa do levantamento bibliográfico, o referido editorial se destaca como a primeira publicação a se interessar pela particularidade da experiência de psicólogas negras brasileiras.

1 Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP – *e-mail*: cfmlarodrigues@gmail.com

2 Doutoranda em Psicologia Social pela UFMG - *e-mail*: cunha.vivane@gmail.com

2. MULHERES, PSICÓLOGAS E NEGRAS: ARTICULANDO RAÇA E CLASSE

No editorial “Eu, mulher, psicóloga e negra”, são abordadas questões significativas sobre a atuação profissional de psicólogas negras na realidade brasileira. Vera Colucci e Jairo Andrade entrevistaram Edna Maria Santos Roland, Gicele Maria de Menezes Alakija, Neli Ferreira Mures e Olga Inácio de Moura com o objetivo de analisar a situação do negro no Brasil. As perguntas não foram explicitadas e os relatos delas foram intitulados depoimentos, o que nos permite inferir que as participantes foram convidadas a falar livremente sobre o objetivo elencado. O texto se inicia com a seguinte apresentação:

Quando nossa comissão editorial resolveu ouvir psicólogos negros, para discutir a questão racial, no contexto da vida profissional, já enfrentamos de início algumas dificuldades. Nosso interesse era verificar questões relativas ao preconceito na relação terapeuta negro e paciente, negro ou não. **No âmbito dos psicólogos psicanalistas não encontramos psicólogos negros.** A orientação psicanalítica interessaria particularmente por lidar com os conceitos de transferência e contratransferência, o que poderia nos trazer relatos experienciais bastante significativos. Com essa limitação, resolvemos ampliar o tema, discutindo as relações do profissional com a clientela. **Como a profissão é marcadamente feminina, foi menos difícil encontrar psicólogas negras, mesmo sendo poucasíssimas** (EDITORIAL, 1984, p. 10, grifo nosso).

Regulamentada em 1962, a psicologia possui o Sistema Conselhos, composto pelos Conselhos Regionais e o Conselho Federal de Psicologia (CFP), como autarquia responsável por orientar e fiscalizar a atuação profissional em todo o país desde sua fundação em 1971 (CFP, 2022). Nas pesquisas realizadas pelo CFP, observamos que no final da década de 1980, 80% da(o)s profissionais eram mulheres, chegando a 85% em algumas regiões (ROSAS, ROSAS & XAVIER, 1988); em 2013, as mulheres somavam 89% (LHULLIER & ROSLINDO, 2013); e em 2022 tivemos a prevalência de 79,2% (CARVALHO-FREITAS, BENTIVI & SANDALL, 2022)³. Ou seja, em 1984, a psicologia já era uma profissão com uma presença preponderante de mulheres. Chama a atenção - ao passo que intriga - o enfoque primário em profissionais homens e negros.

O fato de haver poucas psicólogas negras na época também produz inquietações importantes. Neli Mures, uma das entrevistadas comenta: “Hoje, na Fundação do Menor, numa equipe de 24 psicólogos, somos apenas duas negras. Na faculdade eu era a única negra da turma, e isso no Rio de Janeiro, onde o negro já se encontra mais assimilado” (EDITORIAL, 1984, p. 11). O CensoPsi publicado em 2022 aponta que as profissionais negras (pretas e pardas) somam 34%, enquanto a porcentagem de profissionais brancas chega a 64%. Entretanto, ao qualificar os dados, observamos que na região Norte e Nordeste, as profissionais negras superaram a porcentagem de profissionais brancas: 60,7% e 56,8% de pessoas negras, respectivamente. Na região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o dado se inverte: 87,5%, 74,1% e 58,2% de profissionais brancas, respectivamente (CARVALHO-FREITAS, BENTIVI & SANDALL, 2022).

A pesquisa de 2013 apontava uma distância da realidade brasileira, quando tínhamos 25% de profissionais autodeclaradas pardas e 67% brancas, enquanto a sociedade brasileira era composta, segundo dados do

³ No marco comemorativo de 60 anos de regulamentação da psicologia enquanto profissão no Brasil, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) elaborou o Censo da Psicologia Brasileira, publicado em dois volumes no ano de 2022. Embora mais de 400 mil profissionais estivessem inscrita(o)s, apenas pouco mais de 20 mil pessoas responderam ao CensoPsi. Entre a(o)s profissionais da psicologia no Brasil, 20,1% dos respondentes eram homens, enquanto 0,7% se identificaram como não-binários. Apenas 0,3% da amostra de respondentes declararam ser pessoas transgênero (CFP, 2022)."

IBGE de 2010, por 50,7% de pessoas negras (LHULLIER & ROSLINDO, 2013). Dados do Censo 2022 do IBGE apontam que 55,5% da população brasileira se autodeclara negra⁴, o que revela que essa distância pouco se reduziu ou que ainda temos uma profissão que não reflete a distribuição racial do país (CARVALHO-FREITAS, BENTIVI & SANDALL, 2022, p. 61). Assim, apesar de mais pessoas se identificarem como pretas e pardas e superarem em número as profissionais brancas em duas regiões, a distribuição ainda é discrepante em relação à realidade do Brasil.

Podemos observar, portanto, que a presença negra no ensino superior merece alguma atenção, sobretudo em um “curso de prestígio” como já foi considerada a psicologia (CFP, 1988). Observamos que os depoimentos das quatro entrevistadas de 1984 têm em comum uma análise interseccional – ainda que não colocada nesses termos – a partir de duas importantes categorias: a raça e a classe. Vejamos o que dizem, na sequência apresentada abaixo, Neli Mures, Edna Roland e Gicele Alakija em 1984:

Quando terminei o curso normal, passei a ser a sobrinha professora, depois a sobrinha doutora, e as coisas mudaram. Então, se você tem acesso a uma formação, e principalmente, se de nível superior, a discriminação fica mais amainada. (...) O que eu vejo, o que existe mesmo de determinante, de desagregação é esse círculo vicioso — é negro e é pobre sendo pobre não ascende e porque não ascende tem dificuldades aumentadas. Então, não é aceito, não tem acesso às coisas e é discriminado (EDITORIAL, 1984, p. 13).

Acho que o problema da discriminação do negro não seria resolvido se eliminássemos somente as questões econômica e social. A engrenagem da sociedade está montada para manter determinados grupos em certos lugares subalternos. (EDITORIAL, 1984, p. 13)

Acho que, mesmo resolvido o aspecto econômico ele muitas vezes serve até para camuflar o preconceito. Tanto que não é à toa, o ditado — ‘quando um negro começa a se destacar, embranqueceu’ (EDITORIAL, 1984, p. 14).

Nos anos 1980, Lélia Gonzalez chamou atenção para o fato de que, enquanto houve uma elevação geral no quesito escolaridade na população brasileira entre 1950 e 1973, a população negra continuava a não acessar os níveis mais elevados do sistema educacional, permanecendo em diferentes fases do chamado primeiro grau. Sendo a raça um atributo socialmente elaborado que está diretamente relacionado com a subordinação da reprodução das classes sociais, isso reforça o argumento de que o racismo é um dos principais determinantes da posição de pessoas negras e não-brancas nas relações de produção (GONZALEZ, 2018, p. 97-98).

Durante o período pós-abolição, a maioria das pessoas negras encontrava-se e ainda se encontra em situações marcadas pela miséria, pobreza e vulnerabilidade, como destacado por Gonzalez (2018). Esse contexto persistente revela uma realidade onde o risco e a precariedade são constantes para muitos indivíduos negros. Mesmo diante de contextos adversos, algumas pessoas negras conseguiram superar as barreiras impostas pelo racismo e ascender socialmente. Isso fez com que a questão da mobilidade social emergisse como uma preocupação importante nas pesquisas e no ativismo negro brasileiro.

Em suas dissertações de mestrado, as psicanalistas negras Virgínia Leone Bicudo em 1945 e Neusa dos Santos Souza em 1983, deram ênfase na ascensão social e o sofrimento advindo desse percurso para a subjetividade da pessoa negra (BICUDO; MAIO, 2010; SOUZA, 2021). Também Olga Moura menciona em sua pesquisa a discriminação em relação ao negro, considerando este fenômeno como “bastante social”; e Edna Roland pesquisava a discriminação tomando a figura da empregada doméstica como um emblema da questão econômica e racial que aparece, sobretudo, na relação entre patroas e empregadas (EDITORIAL, 1984).

⁴ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Cor ou raça. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: [10 abr 2024].

As possibilidades de ascensão para setores da classe média eram quase inexistentes para as pessoas negras, apesar do crescimento exponencial dessas classes no Brasil desde 1950 (GONZALEZ, 2018). Por isso, é crucial reconhecer que o racismo e a exploração socioeconômica estão imbricados quando se trata de limitar e reprimir a comunidade negra (GONZALEZ; HASENBALG, 1982). Portanto, a preocupação científica das psicólogas e psicanalistas negras mencionadas aqui demonstra-se bastante profícua para o seu tempo.

Quando discutimos a mobilidade ou ascensão social, estamos nos referindo às estratégias utilizadas para transformar uma condição social de subalternidade, marginalização ou vulnerabilidade. É fundamental destacar que, ao se tratar da ascensão social dos negros, há dois sentidos em jogo: há uma busca em ocupar os espaços de poder de fato – políticos, econômicos, culturais, etc. –, mas também há uma disputa por outro espaço hegemônico – produzido artificialmente – que é o lugar de ser humano (FANON, 2021).

Neli Mures quase sugere que um ingresso bem sucedido nessa hegemonia da humanidade é a educação, quando fala de uma discriminação “amainada” com o acesso à formação de nível superior (EDITORIAL, 1984). Daí a importância de olharmos para a formação em psicologia desde a experiência de mulheres negras, revelando as singularidades dessas vivências que destacam as dinâmicas do racismo e do sexismo brasileiro, articulados com condições socioeconômicas. Nesse contexto, a ascensão social através da educação emerge como uma possibilidade de resgatar traços de uma humanidade negada, com o preço muitas vezes sendo o processo de branqueamento da identidade racial, ou, como afirma Virgínia Bicudo, a introjeção do ponto de vista do branco (BICUDO; MAIO, 2010). Também observado por Neusa Santos, quando pensa na formação de um Ideal de Ego branco, temos que

A nível clínico, esta relação de tensão toma o feitiço de sentimento de culpa, inferioridade, defesa fóbica e depressão, afetos e atitudes que definem a identidade do negro brasileiro em ascensão social como uma estrutura de desconhecimento/reconhecimento (SOUZA, 2021, p. 70).

Por fim, observamos, a partir dos depoimentos das quatro profissionais destacadas, um momento histórico de oposição aos argumentos racialmente democráticos, tão fortemente postulados após o racismo científico⁵. O pesquisador Renan Rocha (2023) aponta como as defesas da democracia racial, que argumentavam que as diferenças e desigualdades raciais não importavam - inclusive, sendo subsumidas no problema de classe - moldaram posturas populares, pesquisas e agendas de políticas públicas, estando presentes até hoje. Daí a urgência e importância de resgates históricos como o que foi empreendido aqui.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pressupostos assumidos pela comissão editorial, juntamente com os depoimentos das psicólogas, abordam importantes tópicos sobre a realidade brasileira, a psicologia e o debate antirracista, abrindo espaço para elaborar outras reflexões e intersecções além das compartilhadas neste texto. É o caso de Neli Mures, que observa uma discriminação dupla - por ser mulher e por ser negra - no contexto de sua atuação profissional, enquanto Gicele Alakija diferencia a experiência do racismo em São Paulo e na Bahia, articulando raça e território (EDITORIAL, 1984, p. 14). Além disso, o destaque dado à psicanálise na análise da relação terapeuta-paciente, em meio à diversidade de teorias na psicologia, revela um contexto histórico significativo na

5 Rocha (2023), ampliando os estudos de Santos, Schucman e Martins (2012) sobre a divisão do pensamento brasileiro em relação às questões étnico-raciais e à saúde mental em momentos históricos, sugere que houve: 1) um período marcado pelo racismo científico e a eugenia, por meio do fortalecimento da Escola Nina Rodrigues, no final do século XIX e início do século XX; 2) o período de 1930 a 1950, caracterizado pela crítica ao racismo científico, enquanto se argumentava a existência de uma democracia racial brasileira; 3) o período de 1990 em diante, marcado por estudos sobre branqueamento e branquitude; 4) e um quarto momento em que emergem estratégias e ferramentas de cuidado baseadas em uma lógica antirracista, desde o final do século XX até os dias atuais (ROCHA, 2023; SANTOS, SCHUCMAN & MARTINS, 2012).

construção da psicologia brasileira⁶. Por fim, é importante notar que outros importantes aspectos dos debates antirracistas do século XX também poderiam ser destacados em pesquisas posteriores⁷.

Rosália Lemos (2016) aponta que a partir dos anos de 1980 tanto as intelectuais estadunidenses quanto as brasileiras e de outras localidades começaram a produzir, no âmbito acadêmico, trabalhos reivindicando a especificidade da experiência de mulheres negras, que era esquecida e/ou não reconhecida nos movimentos negros e nos movimentos feministas. Nesse contexto, destacam-se os depoimentos de Edna Maria Santos Roland, Gicele Maria de Menezes Alakija, Neli Ferreira Mures e Olga Inácio de Moura, que combinam categorias ou marcadores sociais da diferença em suas reflexões.

Posteriormente, a ferramenta teórico-metodológica conhecida como “interseccionalidade”, sistematizada pela pesquisadora estadunidense Kimberlé Crenshaw a partir dos anos 1990, reconhece e aprofunda o entendimento das interseções das violências provenientes de diversos sistemas de opressão, que já vinham sendo debatidas. Nesse sentido, a interseção entre raça e classe, brevemente apresentada aqui, revela a atualidade e longevidade das contribuições das mulheres psicólogas e negras entrevistadas em 1984.

No levantamento bibliográfico realizado para a referida tese, a experiência e/ou atuação de psicólogas negras só voltou a ser debatida em pesquisas a partir de 2020 (ALBANO, 2020; AMARO, 2021; FERREIRA, 2020; NASCIMENTO, 2022). Isso pode revelar o silenciamento e apagamento de outros importantes trabalhos sobre o tema que ainda poderão ser resgatados, ou, de fato, a ausência desse olhar na psicologia, amplificada mais recentemente por pesquisadoras negras que ingressam na universidade, sobretudo, por meio das ações afirmativas.

4. REFERÊNCIAS

ALBANO, M. C. D. C. **Relações raciais e significados da subjetividade na perspectiva da Psicologia Clínica**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

AMARO, T. V. **Processos de subjetivação de mulheres pretas psicólogas: humanidades e (re)existências**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021.

BICUDO, V. L.; MAIO, M. C. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

CARVALHO-FREITAS, M. N.; BENTIVI, D. R. C.; SANDALL, H. Diversidade na Psicologia. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem faz a psicologia brasileira?** Um olhar sobre o presente para construir o futuro - Formação e inserção no mundo do trabalho (Volume I). 1. ed. Brasília: CFP, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo: EDICON, 1988.

EDITORIAL. Eu, mulher, psicóloga e negra. **Psicol. ciênc. prof.**, v. 4, n. 2, p. 10–15, 1984.

FANON, F. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2021.

FERREIRA, F. L. **“A gente tem que falar sobre racismo agora?”**: Sobre Psicologia, racismo e antirracismo. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

GANDÍA, Brenna R. D. Pioneirismo na psicanálise brasileira: o legado de Virgínia Bicudo. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia Brasileira na luta antirracista**. 1. ed. Brasília: CFP, 2022. v. 1

6 Rosane Borges prefacia uma obra sobre psicanálise e as questões raciais no Brasil, apontando para o imperativo de se estudar a relação entre ambas, considerando a marcante presença da psicanálise no pensamento científico brasileiro nas décadas de 1920 e 1930 (KON; SILVA; ABUD, 2017).

7 Um potente diálogo que alcanço citar como exemplo está na fala de Olga Moura sobre “coisas que as pessoas negras fazem para parecer menos negras” (EDITORIAL, 1984, p. 12). Ela menciona a importância da identificação das pessoas negras com elas mesmas e a questão alisar o cabelo crespo, anunciando um importante debate sobre a transição capilar que se fortaleceu anos depois e foi pesquisada por outras psicólogas negras, como a pesquisa de mestrado de Ivani Oliveira (2019).

- GONZALEZ, L. **Primavera para as Rosas Negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Filhos da África, 2018.
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, Carlos. **Lugar do Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- KON, N. M.; SILVA, M. L. DA; ABUD, C. C. (EDS.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. 1ª edição ed. São Paulo, SP, Brasil: Perspectiva, 2017.
- LEMOS, R. O. **Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras de 2015**: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas. 378p. Tese Doutorado em Política Social. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.
- LHULLIER, L. A.; ROSLINDO, J. J. As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In: LHULLIER, L. A. (Orgs.). **Quem é a psicóloga brasileira?: mulher, psicologia e trabalho**. Brasília: CFP, 2013.
- MARTINS, H. V. Raça, colonialismo e o discurso decolonial: resistências e ressonâncias negras na Psicologia. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia Brasileira na luta antirracista**. 1. ed. Brasília: CFP, 2022. v. 1.
- NASCIMENTO, M. C. **Das memórias silenciadas às memórias futuras**. Tese Doutorado em Psicologia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.
- OLIVEIRA, I. F. **Versões de mulheres negras sobre a transição capilar**: um estudo sobre processos de descolonização estética e subjetiva. 150 f. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.
- OLIVEIRA, R. M. S. **Cheiro de alfazema**: Neusa Souza, Virgínia e racismo na psicologia. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 72, 2020, p. 48-65.
- PRESTES, C.; FAUSTINO, D. Passos marcantes de Maria Lúcia da Silva pela psicologia, relações raciais e de gênero. In: DAVID, Emiliano de Camargo et al. (org.). **Racismo, subjetividade e saúde mental: o pioneirismo negro**. São Paulo-Porto Alegre: Hucitec; Grupo de Pesquisa Egbé; Projeto Canela Preta, 2021.
- ROCHA, R. V. DE S. **História do Pensamento Crítico Brasileiro sobre Saúde Mental e Racismo**: Da Eugenia ao Mito da Democracia Racial. São Paulo: Instituto Conhecimento Liberta, 2023. v. 1
- ROSAS, P.; ROSAS, A; XAVIER, I. B. Quantos e quem somos? In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo: EDICON, 1988.
- SANTOS, M. C. R. C. F.; SANTOS, H. R. Intelectuais negras(os) e epistemicídio acadêmico. In: ROSÂNGELA PEREIRA DE TUGNY; GUSTAVO GONÇALVES (Org.). **Universidade popular e encontro de saberes**. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2020, v. 1, p. 75-88.
- SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Nova edição ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2021.
- VILAS BOAS, C. C. R.; MOURA, M. J. Um tempo para o nosso tempo: o CFP na luta antirracista. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia Brasileira na luta antirracista**. 1. ed. Brasília: CFP, 2022. v. 1

Museu Orgânico Terreiro Cultural da Mestre Maria de Tiê

Antônio Nyck Wállice Tavares Freire¹

1. INTRODUÇÃO

No contexto da preservação da memória, do patrimônio, da cultura e saberes, os Museus Orgânicos emergem como um espaço singular, onde as raízes ancestrais de artistas, artesãos, guardiões da memória, mestres dos saberes e ofícios são celebrados e preservados. A proposta que ora tecemos nesta discussão parte de uma iniciativa da Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri, sediada na cidade de Nova Olinda-CE, com cofinanciamento do SESC-CE em disseminar no território sociobiodiverso da Chapada do Araripe, espaços museais a partir das casas, terreiros e oficinas dos mestres da cultura popular. Contando com uma rede, atualmente, de 17 espaços reconhecidos no estado do Ceará, e 6 no estado pernambucano.

O presente trabalho tende a explorar e aprofundar o conhecimento especificamente do Museu Orgânico Terreiro Cultural Mestre Maria do Tiê, localizado no território quilombola, na Serra do Souza, na cidade Porteiras-CE, permeado pela exuberância da natureza e pelas tradições ancestrais. Oferece uma janela para o passado, presente e futuro da comunidade afrodescendente. Desta forma, examinaremos a relevância desse espaço para a compreensão da narrativa histórica, destacando sua importância como um lugar de memória viva e de luta contra a invisibilidade e o silenciamento cultural.

Mediante uma abordagem interdisciplinar, este estudo visa analisar não apenas os artefatos e exposições presentes no museu, mas também os significados culturais e sociais que eles representam. Além disso, investigaremos os processos de construção e manutenção deste espaço, considerando suas conexões com a comunidade local e seu papel na promoção da identidade e do empoderamento da cultura negra.

A cultura negra pode ser vista como uma particularidade cultural construída historicamente por um grupo étnico/racial específico, não de maneira isolada, mas no contato com outros grupos e povos. Essa cultura faz-se presente no modo de vida do brasileiro, seja qual for o seu pertencimento étnico. Todavia, a sua predominância se dá entre os descendentes de africanos escravizados no Brasil, ou seja, o segmento negro da população. (GOMES, 2003)

¹ Graduado em Letras pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Especialista em Arqueologia Social Inclusiva (URCA). Mes-
trando em Artes da Cena, na Turma Especial: Laboratório em Artes e Mediação Cultural, parceria entre a Escola Superior de Artes
Célia Helena e a Escola Itaú Cultural. *E-mail*: nyck828@gmail.com.

Ao compreendermos o território da mestra como um microcosmo da luta afrodescendente no Brasil, podemos vislumbrar não apenas as conquistas e realizações do passado, mas também os desafios e as oportunidades apresentadas no presente. Mais do que um simples museu, é um espaço de resistência, de renovação e de celebração da diversidade cultural que compõe a rica tapeçaria da sociedade brasileira.

Este artigo foi produzido no âmbito das atividades acadêmicas do Mestrado Profissional em Artes, na Turma Especial: Laboratório em Artes e Mediação Cultural, parceria entre a Escola Superior de Artes Célia Helena e a Escola Itaú Cultural.

2. MUSEU ORGÂNICO

O Museu Orgânico é mais do que um espaço físico, é uma manifestação viva de afetos, memórias e tradições. O promotor deste projeto, Aemberg Quindins, criador da instituição Fundação da Casa Grande-Memorial do Homem Kariri, tende a afirmar que o conceito não vem das teses acadêmicas, e sim da arquitetura afetiva das relações humanas.

Nos museus orgânicos, encontramos não apenas artefatos históricos, mas também a essência de uma comunidade, enraizada em suas histórias, crenças e ritos. A simplicidade do museu orgânico não se resume à sua estrutura física, pois o mesmo se detém às memórias transmitidas oralmente de geração em geração, nas tradições preservadas com carinho e devoção. Nesse contexto, o afeto emerge como um elemento crucial, permitindo uma conexão mais profunda e autêntica entre as pessoas e o ambiente que as rodeia.

Ao adotarmos uma abordagem afetiva no Museu Orgânico, buscamos oportunizar a essência da experiência humana, despojando-nos de superficialidades e mergulhando na verdadeira essência das relações humanas. Isso significa valorizar o calor humano, a empatia e a compreensão mútua, em detrimento de artifícios sociais e hierarquias artificiais.

Os afetos se manifestam de diversas formas. São os sorrisos calorosos dos moradores ao receberem visitantes, as conversas acolhedoras que ecoam sob o teto das residências, oficinas e terreiros, os gestos de cuidado e respeito com o meio ambiente que permeiam cada espaço musealizado.

Reconhecer e chancelar espaços para diálogos autênticos, onde as pessoas se sintam à vontade para narrar suas vivências, sem o julgamento associado aos museus tradicionais. O espaço reconhece e valoriza a diversidade de experiências e perspectivas que cada pessoa traz consigo, referenciando as pequenas alegrias do cotidiano, as conexões emocionais que nos unem como seres humanos, independentemente de origem, posição ou idade. É entender que cada indivíduo é único, com suas próprias jornadas vividas, e que todas essas histórias contribuem para a riqueza e complexidade da teia social.

Ao simplificar os afetos no Museu Orgânico, a Fundação Casa Grande e o SESC CE estão criando espaços de acolhimentos e pertencimentos, onde as pessoas se sintam conectadas umas às outras e à comunidade ao seu redor, valorizando a autenticidade das relações humanas e reafirmando o valor intrínseco de cada ser humano, independentemente de sua posição na sociedade. Tal abordagem constrói pontes de compreensão e solidariedade que transcendem fronteiras e diferenças, preservando de fato o patrimônio, garantindo que ele seja catalisador de desenvolvimento, ou como preconiza Negro Bispo (2023), o “envolvimento”.

3. DESCOLONIZAR OS SONHOS

Nos recônditos dos terreiros, onde o pulsar do tambor brota de “debaixo do barro do chão”, encontra-se um espaço mágico e ancestral, onde o chão não é apenas solo, mas um altar sagrado. Ao descolonizar os sonhos, estamos rompendo com os padrões impostos pelo colonialismo e pelo eurocentrismo, reconhecendo e celebrando as diversas formas de conhecimento e espiritualidade presentes nas culturas tradicionais.

Reivindicando o direito de fabular nossas próprias visões, alinhados com nossa identidade cultural e nossa conexão com a terra. É uma busca pela libertação do imaginário colonizado, pela reafirmação da nossa própria voz e da nossa própria visão de mundo.

Cabe às pessoas decoloniais, em qualquer lugar do mundo, educar sua geração neta para que não ataque minha geração neta. Elas só são necessárias se fizerem isso, porque é isso o que é necessário fazer. (Bispo, 2023)

Decolonizar é um processo de “desmantelamento” das estruturas e ideologias coloniais que moldaram e ainda influenciam diversas esferas da sociedade. Envolve a desconstrução de sistemas de pensamento, práticas culturais e estruturas de poder que perpetuam relações desiguais e opressivas, muitas vezes baseadas em noções de superioridade e inferioridade racial, étnica, cultural e socioeconômica.

O decolonial seria a contraposição à “colonialidade”, enquanto o descolonial seria uma contraposição ao “colonialismo”, já que o termo descolonización é utilizado para se referir ao processo histórico de ascensão dos Estados-nação após terem fim as administrações coloniais, como o fazem Castro Gómez e Grosfoguel e Walsh. O que estes autores afirmam é que mesmo com a descolonização, permanece a colonialidade. (Santos, 2018)

Implica, portanto, em reconhecer e valorizar as diversas formas de conhecimento, sabedoria e expressão cultural que foram suprimidas ou marginalizadas durante o processo de colonização. Isso envolve dar voz e poder às comunidades indígenas, afrodescendentes e outras populações historicamente oprimidas, promovendo a autodeterminação, a autonomia e a justiça social.

Tal qual a canção “Mo Fé Tu” do artista MUATO e NARA COUTO (2021), uma junção do iorubá com a língua portuguesa, que por meio de invenção poética expressa uma nova forma de dizer “Eu te amo”, cuja letra inicia com imagens simples, como “um pedaço de rua e um pé de fruta nua”, sugerindo a simplicidade da vida cotidiana. No entanto, essa simplicidade é rapidamente contrastada com a ideia de um pé na terra e outro na lua, simbolizando talvez a dualidade presente na existência humana: o terreno e o transcendental, o real e o imaginário. Há também referências a perigos e desafios enfrentados na vida, como o perigo representado pela carne crua, simbolizando vulnerabilidade, e a ideia de ser um “povo de encruzilhada”, sugerindo a complexidade e a multiplicidade de caminhos que a vida apresenta.

Esse movimento de reconexão com as próprias origens é parte fundamental do processo de decolonização, reconstruindo uma visão de mundo mais inclusiva e autêntica. Ilustrando como a arte e a expressão cultural servem como formas de resistência e transformação, desafiando as estruturas coloniais de poder e contribuindo para a construção de narrativas mais inclusivas e diversas.

Segundo Zubaran e Gonçalves e Silva (2012, p. 136), “Os territórios negros são os espaços onde se preservaram as práticas culturais de matriz africana e onde se construíram identidades negras positivas”. A cada passo sobre esse território é uma conexão estabelecida com os espíritos que habitam, é como se estivéssemos mergulhando nas profundezas do tempo, acessando um conhecimento que transcende as barreiras do tempo e do espaço.

O terreiro é muito mais do que um local físico; é um portal para o saber ancestral, um refúgio onde os ensinamentos dos antepassados são vivificados e celebrados. Nele, o saber ancestral se manifesta de diversas formas: nos cantos e rezas entoados em honra aos orixás, nas danças que reverenciam os elementos da natureza, nos rituais que celebram a vida e a morte como partes intrínsecas do ciclo da existência. Cada gesto, cada palavra, carrega consigo a sabedoria acumulada ao longo de gerações, transmitida oralmente de mestre para discípulo, de mãe para filho.

Aprendemos a importância de pisar o chão com respeito e reverência, pois sabemos que cada grão de terra guarda os segredos de nossos antepassados. É ali que nos conectamos com nossas raízes, com a essência que nos torna quem somos impregnados com a energia dos que vieram antes de nós.

O legado dos antigos não se resume ao etéreo, é o eco de experiências ancestrais. Abraçar essa herança é trilhar os caminhos desbravados, é o segredo do “bem viver”. Reconectar-se às raízes é desatar as amarras dos sonhos impostos, é encontrar a liberdade para tecer os próprios devaneios. É abrir os braços para a simplicidade dos afetos e restaurar a verdadeira comunhão na ciranda da vida. É nesse encontro entre o humano e o divino, entre o ancestral e o contemporâneo, que encontramos Maria Josefa da Conceição, de 65 anos, nasceu, cresceu e vive no Sítio Vassourinhas, localizado no município de Porteiras-CE.

No Nordeste brasileiro, é comum as mulheres adotarem o nome do marido após o casamento, uma tradição que reflete não apenas laços familiares, mas também uma forma de identidade social. Esta prática se reflete na história de Maria, que casou-se com Jucier Mariano Dias, conhecido popularmente como Tiê, em 1986. Após o casamento, ela passou a ser conhecida como Maria de Tiê.

Figura 1: Maria de Tiê



Fonte: Augusto Pessoa, 2023.

Aue, aue, aueie, eu sou Maria de Tiê
Aue, aue, aueie, os quilombolas outra vez!
Aue, aue, aueie, eu sou Maria de Tiê
É com a bandeira da paz...
Os quilombola' eles quer mais!
Aue, aue, aueie, eu sou Maria de Tiê.
Maria de Tie. (Coco)

Essa música do coco, cantada pela mestra, celebra e reafirma a identidade quilombola. O refrão “Aue, aue, aueie” é um chamado, uma expressão de alegria e energia. A repetição dos versos “os quilombolas outra vez” e “os quilombolas eles querem mais” reafirmam o desejo de reconhecimento, resistência e reivindicação por parte da comunidade quilombola. A expressão “É com a bandeira da paz” indica a busca por justiça, igualdade e harmonia, em meio a lutas e conflitos enfrentados pela comunidade. É um canto de orgulho, resistência e celebração da identidade quilombola, personificada na figura de Mestra Maria de Tié.

Filha natural da região, desde sua infância, testemunhou seu pai, Luiz Manoel de Souza, imerso na cultura local. O mesmo foi uma figura proeminente, envolvido em diversas manifestações culturais, como embolada, grupo de coco, maneiro pau, bumba-meu-boi e banda cabaçal. Acompanhando seu pai em suas atividades culturais, a mesma absorveu os ensinamentos, e participava das brincadeiras desde tenra idade. Naquela época, o entretenimento era constituído principalmente pela dança do coco, maneiro pau e banda cabaçal.

Contudo, à época, não havia uma percepção clara de que essas atividades eram parte de uma cultura e história específicas; simplesmente eram encaradas como formas de diversão e entretenimento, ou como a maioria dos mestres da cultura do cariri aponta como “brincadeira”.

Minha tradição eu faço amor com todos e é com amor que eu tô aqui hoje, também recebendo as pessoas que estão aqui hoje no meu terreiro com a cultura e a tradição levando essa cultura ao mundo, ao estado do Ceará, o mundo inteiro. Gente tá aqui à disposição de vocês né gente ser todo bem-vindo mandando um abraço da mestra para o mundo e um abraço para todos, eu sou bacana. (Maria de Tie, 2023)

A tradição cultural de Maria é uma herança de seu bisavô, Raimundo Valentim de Sousa, conhecido como Raimundo Preto, escravizado fugitivo de Pernambuco, estabelecido em Porteiras-CE. O saber transmitido de geração em geração, continua vivo mediante Maria e sua comunidade.

A narrativa histórica sobre a formação dos quilombos, como a comunidade dos Souza, é essencial para compreender a resistência e a resiliência da população negra frente à opressão e à escravidão. Diferentemente da visão eurocêntrica que retrata os quilombos como locais de refúgio e marginalidade, é fundamental reconhecer sua importância como espaços de autonomia e preservação da cultura africana e afro-brasileira.

Ao adentrar na história da família Souza, somos transportados para o período entre 1695 e 1696, quando uma significativa migração de negros provenientes das cidades de Floresta e Belo Jardim, no Estado de Pernambuco, chegou a Porteiras-CE, cidade que fica a 428,70 km de Fortaleza-Ce, em busca de oportunidades de trabalho nos engenhos, na colheita do café e na criação bovina. Estabelecendo-se na Chapada do Araripe, esses africanos e seus descendentes não apenas contribuíram com sua força de trabalho, mas também plantaram as sementes de sua cultura e história, que foram cuidadosamente transmitidas de geração em geração, ao sabor da oralidade popular.

O território sociobiodiverso da Chapada do Araripe é de grande relevância tanto em termos naturais quanto culturais. Localizado na região nordeste brasileiro, abrangendo áreas dos estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, marcada por uma impressionante diversidade de ecossistemas, flora e fauna, além de uma rica herança histórica e cultural. Em termos geográficos, é caracterizada por imponentes formações rochosas, vales, cachoeiras e cavernas, conferindo-lhe uma paisagem exuberante e única. Essa variedade de biomas proporciona abrigo a uma grande diversidade de espécies vegetais e animais, muitas das quais endêmicas e ameaçadas de extinção, como o caso do Soldadinho do Araripe.

Além de sua riqueza natural, a Chapada do Araripe compreende um território de grande importância cultural e histórica do mundo. Com destaque aos fósseis da bacia sedimentar do Araripe, e as diversas comunidades humanas que se estabeleceram na região, deixando um rico legado de tradições, conhecimentos e

saberes culturais, cuja relação com o meio ambiente é fundamental para sua subsistência e identidade cultural deste território.

Ao se estabelecer na região, a comunidade quilombola dos Souza, situada nas encostas da Chapada do Araripe, mantém até os dias atuais uma conexão profunda com suas origens e tradições. Apesar das transformações sociais e econômicas ao longo dos séculos, preservam fragmentadamente os mesmos hábitos e costumes de seus antepassados.

É importante salientar que a comunidade dos Souza obteve o merecido reconhecimento como remanescente quilombola pela Fundação Cultural Palmares, conforme portaria nº 7/2005, no Livro 003, registro nº 200, f.06, publicado no Diário Oficial da União em 19 de abril de 2005. Esse reconhecimento oficial reafirma a importância histórica e cultural dos quilombos na construção da identidade afro-brasileira e na luta por justiça social e igualdade racial.

Figura 2: Maria e o som do pandeiro



Fonte: Augusto Pessoa, 2023.

Maria de Tiê em 2019 foi reconhecida como um Tesouro Vivo do Ceará instituído pela Lei estadual n.º 18.232, de 06.11.2022, um título que honra seu papel fundamental na preservação e promoção da cultura popular. Essa designação não apenas celebra suas contribuições artísticas, mas também reflete o compromisso das políticas públicas em reconhecer e valorizar os mestres e mestras da cultura popular. O Art. 27 em parágrafo único da referida lei considera-se:

[...] mestre(a) da cultura tradicional ou popular, pessoa que detém um conhecimento ancestral recebido do meio familiar e/ou de prática de convivência no grupo ancestral que manteve/mantém o saber/fazer; tem grande experiência nesse conhecimento e compreensão dele com capacidade de transmitir os conhecimentos e as técnicas necessárias para a produção, difusão e preservação de uma expressão tradicional popular. Tem seu trabalho reconhecido pelos agentes da manifestação cultural que representa, pela comunidade onde vive, como também por outros setores culturais, constituindo importante referencial da cultura tradicional popular no Ceará.

Como Tesouro Vivo do Ceará, representa toda uma tradição cultural transmitida ao longo das gerações, por meio da oralidade. Seu trabalho é uma manifestação viva da riqueza e da diversidade da cultura cearense, e seu reconhecimento oficial destaca sua importância como guardião do patrimônio cultural do estado, uma forma de garantir que as tradições culturais continuem vivas e relevantes em um mundo em constante mudança.

Mestra não apenas na tradição da dança de coco e maneiro pau, mas também foi honrada com o título de Notório Saber em Cultura Popular, concedido pela UECE, o qual reconhece sua experiência e conhecimento significativo nas práticas culturais tradicionais do Ceará. Cada movimento, cada cor e cada nota em suas apresentações é uma afirmação da própria história e da história de seu povo. É uma maneira de reivindicar sua identidade, sua cultura e sua voz, rompendo com estereótipos e lutando por igualdade e justiça para todas as mulheres, especialmente as mulheres negras.

Figura 3 - Ciranda de afeto



Fonte: Mapa da cultura do Ceará (2018)

Dançando e cantando, ela inspira e empodera outras mulheres a se orgulhar de quem são, a abraçarem suas raízes e a lutarem por um mundo mais inclusivo e justo. Sua voz poderosa ecoa através da melodia, das cores e dos cantos, erguendo-se contra a discriminação e promovendo a aceitação e o respeito mútuo.

No dia 25 de agosto de 2023, foi inaugurado o Museu Orgânico Terreiro Cultural da Mestre Maria de Tiê, como parte integrante da programação da Mostra SESC Cariri de Culturas. Chancelado com a benção da Mestre, este espaço consagra a expressão viva da riqueza cultural do Ceará e da herança da Mestre da dança do coco e do maneiro pau. Cada objeto, cada obra de arte, cada elemento dentro deste espaço conta uma história, conectando as pessoas com as raízes profundas da tradição negra do território.

Figura 4 e 5 - Placa de inauguração em pedra cariri, e foto da inauguração.



Fonte: SESC CE (2023).

Figura 6 - Peças musealizadas na casa da Mestra



Fonte: SESC CE (2023).

Segundo Alemberg Quindins (2023), este museu é um reconhecimento ao valor excepcional de integridade, autenticidade e universalidade cultural representados pelo Quilombo dos Souza. Destacando a vivência da ancestralidade cultural de um povo através da arte dessas danças.

Portanto, ao explorarmos a origem e a trajetória dos quilombos, como o dos Souza, estamos não apenas descolonizando os sonhos, mas também reescrevendo a história do Brasil sob uma perspectiva que valoriza e respeita a contribuição e a resistência dos povos afrodescendentes.

CONCLUSÃO

O Museu Orgânico Terreiro Cultural da Mestre Maria de Tiê emerge como um espaço único de convergência entre a cultura, a natureza e os afetos. Ao longo desta investigação, tivemos em vista explorar os vínculos intrínsecos entre esses elementos e avaliar o papel do museu na preservação da identidade cultural da comunidade dos Souza, bem como na promoção de uma conexão mais profunda com o seu entorno natural.

O museu foi examinado como um local onde os afetos são cultivados e valorizados, criando uma atmosfera de simplicidade e autenticidade que ressoa profundamente com a comunidade local. Além disso, investigamos o impacto dessa valoração e preservação da cultura quilombola e confirmamos que o mesmo desempenha de fato um papel crucial nesse processo.

Verifica-se que, de fato, a valorização dos afetos contribui significativamente para a preservação da identidade cultural e fortalece os laços comunitários. Através da simplicidade e autenticidade presentes no território, os moradores locais encontram um espaço para celebrar suas tradições, compartilhar suas histórias e conectar-se com suas raízes culturais.

Além disso, destacamos a necessidade do fomento nas estratégias para ampliar o alcance e a visibilidade do museu, tornando-o um destino turístico reconhecido não apenas regionalmente, mas também nacional e internacionalmente, tendo como partida uma investigação mais aprofundada sobre o potencial do Museu como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável da comunidade local.

Em suma, o museu orgânico representa um símbolo vivo da identidade cultural e da resiliência do território sociobiodiverso da Chapada do Araripe. Testemunhos do poder transformador dos afetos e da importância de preservarmos e valorizarmos as nossas raízes culturais, em um mundo cada vez mais globalizado e diverso.

A simplicidade e autenticidade presentes neste espaço se mostraram fundamentais para a preservação e promoção da identidade cultural, destacando a importância de valorizarmos os laços humanos e a conexão com a natureza em nossas sociedades contemporâneas. Que cada visita a este espaço seja uma oportunidade de renovação e reconexão com nossas raízes, lembrando-nos da importância de cultivarmos os afetos que nos tornam verdadeiramente humanos.

REFERÊNCIAS

Brasil. Fundação Cultural Palmares. Portaria nº 7, de 6 de abril de 2005. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 3, 19 de abril de 2005. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/04/2005&jornal=1&pagina=3&totalArquivos=104>. Acesso em 05 de abril de 2024.

BISPO, Antônio dos Santos. A terra dá, a terra quer/Antônio Bispo dos Santos; imagens de Santídio Pereira. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023. 112 p.

In Vivo: Revista do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Entomologia Molecular. Um soldado ameaçado. Fiocruz, <https://www.invivo.fiocruz.br/biodiversidade/um-soldado-ameacado/>. Acesso em 05 de abril de 2024.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. Revista Brasileira de Educação, p. 75-85, 2003.

TIÊ, Maria de. (2023). “Maria de Tiê”. Entrevista concedida a Nyck Wallace em 16/08/2023.

MUATO e NARA COUTO. “Mo Fé Tu” - Live Session AfroLove Songs ou A Canção Urbana de Amor Política [vídeo]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HX99u9SF8Ms&list=RDHX99u9SF8Ms&start_radio=1. Acesso em 05 de abril de 2024.

Mostra Sesc de Culturas. Museu Orgânico de Maria de Tiê reconhece importância cultural do Quilombo dos Souza. Mostra Sesc de Culturas, <https://www.mostrasescdeculturas.com.br/museu-organico-de-maria-de-tie-reconhece-importancia-cultural-do-quilombo-dos-souza/>. Acesso em 05 de abril de 2024.

NUNES, C. Narrativas de mulheres negras: cultura de base africana e educação no Cariri cearense. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, [S. l.], v. 6, n. 19, p. 1070–1083, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/10575>. Acesso em 10 abril de 2024.

Santos, V. M. dos. (2018). NOTAS DESOBEDIENTES: DECOLONIALIDADE E A CONTRIBUIÇÃO PARA A CRÍTICA FEMINISTA À CIÊNCIA. *Psicologia & Sociedade*, 30, e200112. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30200112>. Acesso em 05 de abril de 2024.

Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. Código de Patrimônio Cultural do Estado do Ceará. <https://www.secult.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/43/2023/10/1.5.CodigoPatrimonioCultural.pdf>. Acesso em 05 de abril de 2024.

Sesc Ceará. Museu Orgânico Terreiro Cultural da Mestre Maria de Tiê. YouTube, <https://www.youtube.com/watch?v=CaaJiocHjko>. Acesso em 05 de abril de 2024.

ZUBARAN, Maria Angélica; GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Interloquções sobre estudos afro-brasileiros: pertencimento étnico-racial, memórias negras e patrimônio afro-brasileiro. *Currículo sem Fronteiras*, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 130-140, 2012. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/zubaran-silva.pdf>. Acesso em 05 de abril de 2024.

O ESQUEMA EPIDÉRMICO RACIAL DE FRANTZ FANON E O RACISMO ESTRUTURAL: falas racistas sob análises de alunos do ensino médio de uma escola estadual

Daniel da Silva Barbosa – UNESP/Marília

INTRODUÇÃO

O racismo é um tema onde seu debate é sempre atual em uma sociedade como o Brasil. Em especial, após as investidas de grupos dispostos a anular o discurso antirracismo como algo legítimo o limitando a um discurso vazio e sem concretude em suas reivindicações. Como proposta didática de um projeto com turmas das primeiras séries do ensino médio da escola estadual Benedito dos Santos Guerreiro do município de Dois Córregos, buscou-se trabalhar na análise de frases notoriamente racistas com o objetivo de compreender a estrutura do discurso racista que permeia as manifestações individuais nas redes sociais. Tendo por finalidade reconhecer o lugar dos alunos e alunas como sujeitos participantes e ativos no processo da pesquisa por meio de uma ação prática no fomento de atitudes que combatam a questão levantada, optou-se por uma pesquisa-ação e na orientação da leitura dos dados coletados utilizou-se da Análise do Discurso de Eni Orlandi. Para reflexão e interpretação dos dados fundamentou-se no termo Esquema Epidérmico Racial de Frantz Fanon. O resultado foi um engajamento dos sujeitos participantes na confecção de produtos que estimulem a defesa da luta contra o racismo estrutural.

O MÉTODO E DO CONCEITO UTILIZADOS

Partiu-se da característica da pesquisa-ação como tendo por finalidade científica de “articular-se a uma finalidade intencional de alteração da situação pesquisada” (SEVERINO, 2013, p. 104). Esse tipo de pesquisa abriu espaço para que os participantes fossem sujeitos das interpretações e das práticas concretas na luta contra o racismo estrutural, pois o perfil desse tipo de pesquisa é buscar a elaboração um plano de ação consistindo em organizar quais eram as ações dos sujeitos participantes, segundo Michel Thiolent (1986), que deveria resultar em ações notoriamente contrária ao problema levantado que no nosso caso foi: práticas de racismo estrutural nas redes sociais, sequenciada de divulgação das discussões e resultados da pesquisa em canais de fácil difusão onde tenha o efeito de alcançar seu círculo de convívio digital.

Como instrumento de análise dos dados recolhidos, o projeto utilizou da Análise do Discurso em Orlandi (2009), para estudar a palavra falada, ou seja, em movimento na sociedade, “sendo mediação entre o homem e a

realidade natural e social [...], relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (ORLANDI, 2009, p. 15). Portanto, aceitou-se a significação das palavras em destaque nas falas segundo o agente que se apropriou e seu simbolismo na ação. Focou-se nesse interdiscurso visando averiguação desses “dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (2009, p. 31). O interdiscurso prioriza o sentido das palavras manifestadas já estabelecidas e que podem fazer sentido na fala sem um sujeito específico. Portanto, expressões notadamente discriminatórias, aqui foram colocadas num interdiscurso para não compreender seu grau de racismo e sim a estrutura discursiva onde se apoia.

Segundo Orlandi (2009), na produção do discurso implica três condições: a condição material onde se trata da língua sujeito para expressar o discurso; mecanismo institucional, que seria a formação social do sujeito locutor; e o mecanismo imaginário, lugar onde se produz a imagem dos sujeitos locutor e interlocutor e do objeto do discurso. A análise do interdiscurso, dentro do objetivo do projeto que gerou este artigo, visou o lugar imaginativo onde se colocou o objeto do discurso: o negro na sociedade do racismo estrutural. Nessa análise, separou-se palavras ou expressões que resultaram em quadros de significados.

Para nortear a análise do quadro de significados levantados, trabalhou-se o termo *Esquema Corporal* organizado por Frantz Fanon, onde o psiquiatra martiniquenho afirmou que o estado de inferioridade que o negro é colocado pelo racista passa obrigatoriamente pelo uso que é feito do corpo do negro, sob o crivo do racista. O negro perde a posse pelo seu corpo, sendo determinada a posição social de seu corpo segundo o universo preconceituoso que o racista coloca o negro e seu corpo. Sobre essa condição, escreveu Fanon que o negro inicia seu sofrimento por não ser branco conforme o racista lhe impõe a discriminação “colonizando” o negro lhe extirpando qualquer valor, originalidade e humanidade, pretendendo que este seja um parasita no mundo. levando o negro a pensar que “sou uma besta fera, que meu povo e eu somos um esterco ambulante, [...] que não tenho nada a fazer no mundo”, a não ser fornecer mão de obra (FANON, 2008, p. 94).

Desse esquema, por ação ativa do racista, nasce o termo *Esquema Epidérmico Racial* por justamente o racista atacar o corpo do negro. Pois, como Fanon (2008) destacou, onde o negro estiver, é identificado como tal. Seu corpo é receptáculo dos ataques, seja na violência verbal e estética em associação com sua epiderme, seja por questão cultural por seu corpo ser o símbolo de sua história e cultura. Portanto, o *Esquema Epidérmico Racial* de Fanon tem por objetivo identificar o monitoramento do corpo do negro, que lhe nega o seu direito corporal. Quem decide o que o corpo do negro é e onde deve estar acaba sendo o racista (FANON, 1968). Daí a crítica desse autor para com os negros, exigindo desses um posicionamento ativo frente o preconceito epidérmico. Diz o autor que primeiro o negro deve tomar uma atitude para ele próprio estabelecer que lugar seu corpo de estar na sociedade. Essa atitude já seria um grande salto contra o *Esquema Epidérmico Racial* que justifica a estrutura racista em dada sociedade, perpassando por diversas áreas, jurídica, cultural, econômica, profissional, religiosa, etc., estruturando tal prática como “natural”. Mas o que seria um racismo estrutural?

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Segundo Silvio Almeida (2018) racismo é denominado estrutural quando é uma prática decorrente da própria estrutural social, proporcionando uma “normalidade” constituinte das relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo tratado nem como patologia social nem como um desarranjo institucional. Mas isso não significa que o racismo seja uma condição incontornável, mas que, como processo histórico e político, ele “cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática” (ALMEIDA, 2018, p. 39).

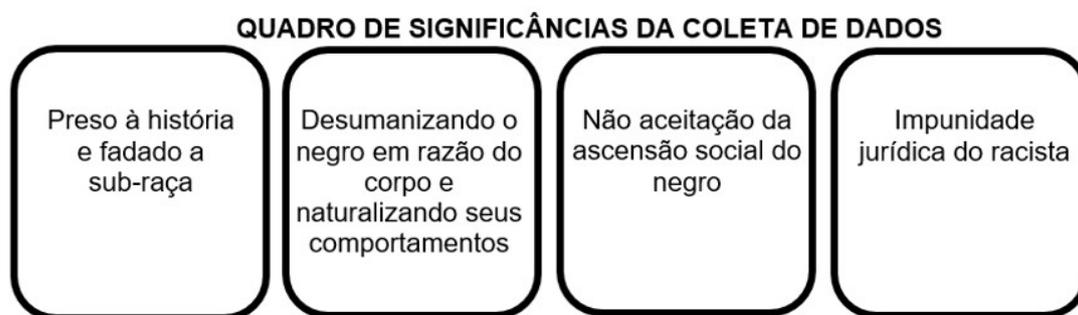
Num primeiro momento deixou-se claro que as frases para análise seriam explicitamente racistas, não sendo necessário fazer juízo de valor sobre o grau de racismo contido. Até porque não foi objeto do projeto identificar se há racismo nas expressões de redes sociais, mas antes organizar das expressões racistas num corpo analítico para compreender esse racismo. Dentro desse objetivo, levantamos frases que impactaram

por sua defesa de ideias polêmicas e que, por isso, geraram noticiários que aludiam à processos por racismo, injúria racial ou resultaram em destaque nas redes sociais pelo grau de posicionamento discriminatório mas não resultaram em processos jurídicos sob a acusação de racismo. Portanto, eram frases notadamente carregadas de conteúdos discriminatórios que os sujeitos participantes trouxeram juntamente com o professor-pesquisador para as aulas (THIOLENT, 1986). É importante destacar aqui que, apesar de a forma de coleta de dados ocorrer num espaço que ultrapassa a restrição de prática social dos sujeitos participantes, no caso das Redes Sociais e na Rede Mundial de Computadores, é importante frisar que os sujeitos participantes buscaram compartilhamentos de repúdios ou destaques em sites de casos envolvendo tais práticas discriminatória. Portanto, torna-se um “espaço” de sua participação social no universo digital.

Em destaque entre as coletas de dados estão casos marcantes ou não muito destacados nos círculos jornalísticos. Segue a lista de alguns exemplos trabalhados no projeto: o caso da miss Piauí de 2017 que sofreu racismo ao classificarem sua fase comum, de empregada doméstica e não de uma miss¹; o caso de uma jovem negra de 20 anos do município de Muriaé, em Minas Gerais que em 2014 foi associada com uma escrava ao postar uma foto em redes sociais com seu namorado branco²; o caso da pedagoga na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, que foi processada por injúria racial em 2016; o caso do estudante de direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie que foi desligado da instituição após gravar vídeo racista durante as eleições de 2018³; os comentários racistas de julho de 2015 que a jornalista Maria Julia Coutinho da emissora Rede Globo sofreu nas redes sociais⁴; o caso de uma juíza da 1ª Vara Criminal de Curitiba que justificou a condenação do réu alegando sua possível autoria do crime “em razão da sua raça”⁵ entre outras situações não explícitas no artigo.

Organizou-se juntamente com os alunos e alunas listas de palavras destacadas cujas declarações que continham, segundo os sujeitos participantes, valores racistas ou de discriminação racial. Palavras ou frases como *escrava, macaco, preto, fedido, asfalto preto, cara comum, escolheria o branco, empregadinha, multa de 500 reais*, entre outras, que formaram quatro listas onde os participantes da pesquisa geraram quatro significados atribuídos ao contexto do interdiscurso (ver **Figura 1**). Abaixo, após o quadro, os resultados e as reflexões do projeto.

Figura 1: Coleta de dados



Fonte: Produção do autor.

- 1 Ver em <https://www.oitomeia.com.br/noticias/2017/11/18/policia-investiga-ataques-racistas-contramonalya-alcantara-diz-namorado/>.
- 2 ver em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/08/28/jovem-negra-coloca-foto-com-namorado-branco-no-facebook-e-sofre-racismo.htm>
- 3 ver em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/25/estudante-de-direito-que-gravou-video-racista-durante-eleicoes-e-expulso-novamente-do-mackenzie.ghtml>.
- 4 A jornalista Maria Júlia Coutinho é perseguida constantemente por sua posição declaradamente contrária ao governo federal eleito nas eleições de 2018, e por suas críticas acaba sofrendo críticas de cunho notadamente discriminatório. Usou-se neste artigo uma dessas manifestações. Ver em <https://www. hojeemdia.com.br/primeiro-plano/brasil/coment%C3%A1rios-racistas-contramajudo-jn-causam-revolta-nas-redes-sociais-1.313405>.
- 5 Ver em <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/08/12/juiza-diz-em-sentenca-que-reu-negroera-seguramente-integrante-de-grupo-criminoso-em-razao-da-sua-raca.ghtml>.

RESULTADOS

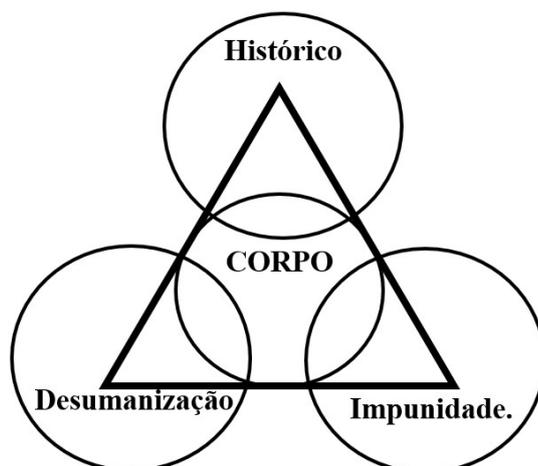
Realizou-se a significação das coletas dos dados e o professor-pesquisador juntamente com o grupo de participantes levantaram quatro significâncias da coleta (ver **Figura 1**) que geraram uma pirâmide de significados sobre a posse do corpo do negro no discurso racista estrutural (ver **Figura 2**). Sujeitos envolvidos e professor-pesquisador identificaram na significância “Presos à história e fadado a sub-raça” frases e expressões que insistem em manter o negro no espaço social ligado ao período escravocrata, como *preto raiz, empregadinha, andar de avião*, segundo um lugar social de subserviência sem direitos de ascensão. A significância “Desumanizando o negro em razão do corpo e naturalizando seus comportamentos” é resultado de frases e palavras como *macaco, fedido, imundo, arrastão e em razão da raça*, segundo tentativas de desumanizar o negro utilizando adjetivos e características animais ou naturalizando um comportamento que está inerente às condições dadas socialmente em alguns casos.

A significância “não aceitação da ascensão social do negro” se justifica por contextualização de palavras como *inveja, asfalto preto, cara comum, escolheria o branco e luto*, pois inferiorizam o corpo do negro segundo sua epiderme como forma de impactar em sua honra ou orgulho individual não aceitando certas posições sociais ou econômicas que negros conseguiram individualmente. Por fim a significância “impunidade jurídica do racista”, como as multas de irrisórias cobradas de indivíduos que manifestadamente praticaram racismo ou está ligada aos processos jurídicos que amenizam as acusações contra o racista descaracterizando o racismo. Esta significância teve notadamente uma crítica por parte dos sujeitos envolvidos por depender mais da interpretação ou manipulação organizacional do próprio poder Judiciário descaracterizando práticas declaradamente racistas.

Esse quadro de significância gerou um esquema formado pelo professor-pesquisador e os sujeitos envolvidos onde o racismo estrutural identificado no interdiscurso textual ganhou uma leitura segundo Frantz Fanon. Esse esquema interpretativo da pesquisa identifica o corpo do negro como sendo o grande alvo do racismo que o ataca em três bases (ver **Figura 2**): a base “histórica”, segundo fatos e memórias histórica como herança escravocrata ou experiências históricas: eternamente o negro deve aceitar sua posição de escravo ou raça escravizada; bases “Desumanização”, que para inferiorizar o negro lhe tira sua humanidade naturalizando hábitos resultantes de contextualização socioeconômica ou criando traços animais para seu corpo; a base ligada à “Impunidade”, pois o racista tem defesa e proteção do aparato jurídico que nega o racismo como crime contra a humanidade ou as expressões racistas como crime contra uma raça. A discussão sobre o que é racismo e o que é injúria racial tomou de inconformismo alguns sujeitos participantes que não conseguiram reconhecer ofender um indivíduo de *macaco* como injúria racial, pois notadamente o ataque é sobre o corpo e a raça e não ao indivíduo, sendo um aparato jurídico carregado do *Esquema Epidérmico Racial* descrito por Fanon.

Figura 2: Esquema Interpretativo do Racismo Estrutural

ESQUEMA DO RACISMO ESTRUTURAL



Fonte: Produção do autor.

As ações giraram em torno de produções artísticas trabalhando falas e atitudes que estabelecem um comportamento contrário ao Esquema Epidérmico Racial identificado por Fanon exposto em redes sociais ou em canais digitais⁶. As discussões acerca do Racismo estrutural não se limitaram à disciplina de História, o que gerou este artigo, e sim ganhou espaço em diversas disciplinas, abrindo um espaço de debate e discussão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consideração tirada do projeto que resultou no artigo em questão foi que o racismo só pode ser combatido se exibirmos as bases que sustentam as afirmações tidas como liberdade de opinião ou livre expressão. O negro só conseguirá reapropriar de seu corpo tomado pelo racista se ele se reconhecer algo de uma prática racista. O termo Esquema Epidérmico Racial ganhou um significado concreto para os sujeitos envolvidos quando utilizado numa investigação de caráter investigativo quando colocado afirmações, palavras e expressões dentro de um interdiscurso, o que lhe passa a atribuir um peso retórico e manifestadamente discriminatório. O termo cunhado por Frantz Fanon pode ser utilizado em projetos de combate ao racismo por tomar como norte do alvo das manifestações discriminatórias o corpo do negro em primeiro momento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FANON, F. **Os Condenados da Terra.** Trad. José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos.** 8.ed. Campinas: Pontes, 2009.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho Científico.** [livro eletrônico]. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- THIOLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

⁶ Ver uma das produções em: <https://www.youtube.com/watch?v=vUleTQRn4V8>

BREVE HISTÓRICO DO PENSAMENTO CIENTÍFICO BRASILEIRO SOBRE SAÚDE MENTAL E RACISMO: Passado, Presente e Futuro

Renan Vieira de Santana Rocha ¹ – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo parte da constatação do racismo como um fenômeno complexo e multifacetado, que permeia a história, a ciência e a política, influenciando profundamente a saúde das pessoas não-brancas no Brasil. Este fenômeno, institucionalmente enraizado em nosso país, afeta o acesso aos bens e serviços de saúde, incluindo aqueles relacionados à saúde mental. Nesse sentido, diversos estudos e pesquisadores têm abordado essa questão ao longo do tempo, destacando as raízes históricas do racismo e suas ramificações nas estruturas sociais e de saúde do país (KALCKMANN et al, 2007; LÓPEZ, 2012; ROCHA; TORRENTÉ; COELHO, 2021).

Reconhecendo a variedade de possibilidades de escrutínio sobre o racismo na história do Brasil, procura-se, então, destacar a importância de dialogar com diferentes perspectivas, mas prioriza-se, neste ínterim, a proposta de Santos, Schucman e Martins (2012). Notemos: esses autores, em estudo realizado junto à Universidade de São Paulo (USP) e à Universidade Federal Fluminense (UFF), identificaram três momentos fundamentais na história do pensamento psicológico brasileiro sobre relações raciais, que perpassam desde a consolidação da Escola Nina Rodrigues e do racismo científico brasileiro até os estudos contemporâneos sobre branqueamento e branquitude, passando, neste meio, pelos chamados “estudos culturais”.

Desta experiência de leitura, compreendemos que havia uma lacuna quanto a um mapeamento histórico similar que ultrapasse a análise puramente psicológica; e propomos, então, a construção deste mapeamento, dialogando com os três tempos históricos identificados por Santos, Schucman e Martins (2012), mas também sugerindo a existência de um quarto momento, caracterizado pelo esforço de criação de estratégias antirracistas na Saúde Mental e na Atenção Psicossocial, em consonância com os princípios da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial e da Luta Antirracista.

Isto dito, o presente estudo propõe-se, enquanto objetivo geral, a evidenciar as concepções teóricas e históricas que fundamentam uma leitura sobre a relação entre saúde mental e relações étnico-raciais, visando

¹ Psicólogo Sanitarista (UFBA). Doutor em Saúde Coletiva (UFBA). Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Baixada Santista (CBS), Instituto de Saúde e Sociedade (ISS). – *E-mail*: renan.rocha@unifesp.br.

fornecer uma linha do tempo histórica para pesquisas futuras que venham a se debruçar sobre tal correlação – e, por óbvio, profundamente inspirado no estudo de Santos, Schucman e Martins (2012). Ao olhar mais profundamente para esses tempos históricos (passado, presente e futuro), temos melhores condições para entender o contexto em que estamos inseridos, o que pode colaborar no desenvolvimento de saberes e fazeres que se proponham, efetivamente, a serem antimanicomiais e antirracistas².

2. DESENVOLVIMENTO

O primeiro tempo histórico (1870-1930) do pensamento científico brasileiro sobre saúde mental e relações étnico-raciais intitula-se “momento biológico-causal”. Situa-se no momento da consolidação da Escola Nina Rodrigues, e se destaca pela investigação de características biológicas de pessoas escravizadas e ex-escravizadas, contribuindo para a construção de uma concepção do negro como sujeito psicológico, mas marcado pelo signo de sua suposta “natural degenerescência”. Com vestes científicas, dá-se uma estruturação do racismo a serviço do branqueamento da população, a partir de discursos médico-eugênicos e médico-centrados, fazendo deste um período marcado por abordagens que enfatizavam aspectos biológicos e deterministas na compreensão das diferenças étnico-raciais.

O segundo momento, que abrange o período entre 1930 e 1960/1970, dá-se a partir da construção de um importante debate sobre a construção sociocultural das diferenças e a desconstrução do determinismo biológico das raças – movimento de crítica direta ao período anterior. Nessa fase do pensamento, observa-se uma maior atenção às influências sociais, históricas e culturais na formação da identidade e na expressão subjetiva das diferentes raças e etnias; muito embora estas compreensões tenham coexistido com leituras culturalistas que procuravam escamotear as tensões raciais postas na sociedade e herdadas do período pós-escravidão. É o “momento culturalista”, em que veremos a assunção de perspectivas como a da (falsa) democracia racial brasileira. A despeito disto, esse período marcou uma transição significativa na compreensão das relações étnico-raciais na ciência brasileira, destacando-se a importância de considerar o contexto social, histórico e cultural na análise sobre a subjetividade e a saúde mental das mais diferentes pessoas.

O terceiro momento, por conseguinte, que figura de 1970 até o início dos anos 2000, é caracterizado pelos estudos sobre branqueamento, branquidade e branquitude. Nessa fase do pensamento científico brasileiro, houve uma maior problematização das hierarquias raciais e das formas de como o privilégio branco se faz perpetuar na sociedade brasileira – procurando tornar o branco um sujeito psicológico. Os estudos sobre branqueamento, branquidade e branquitude, assim, buscaram desvelar as estratégias de manutenção do poder e de dominação étnico-racial, além de propor uma reflexão crítica sobre as relações étnico-raciais no país, compreendendo o racismo como um fenômeno relacional, eivado da dualidade superioridade-inferioridade. Esse período, nominado como “momento relacional”, representa um avanço na compreensão das dinâmicas étnico-raciais brasileiras, incorporando uma perspectiva ainda mais crítica e contextualizada à produção do conhecimento científico do que o momento anterior.

Doravante, mais do que resgatar e atualizar estes tempos do pensamento, em profundo diálogo com Santos, Schucman e Martins (2012), contudo, interessa-nos muito mais a propositura de um quarto tempo do pensamento, que compreendemos como um tempo contemporâneo; logo, não mapeado no estudo original supracitado.

2 Em tempo, o presente capítulo é em uma síntese derivada da pesquisa doutoral intitulada *Saúde Mental e Relações Étnico-Raciais no Brasil: Narrativas de Lima Barreto, Leituras Historiográficas e Elucubrações Ulteriores* (ROCHA, 2022); e seus achados completos podem ser encontrados nos livros *História do Pensamento Científico Brasileiro sobre Saúde Mental e Racismo (Vol. 01): Da Eugenia ao Mito da Democracia Racial* (ROCHA, 2023) e *História do Pensamento Científico Brasileiro sobre Saúde Mental e Racismo (Vol. 02): Das Teorias Críticas às Práticas Antirracistas* (ROCHA, 2024) – ambos publicados pela Editora Conhecimento Liberta.

Vejamos: o segundo e o terceiro tempos do pensamento científico em vigor no cenário nacional, ligeiramente apresentados acima, são caracterizados pela produção de críticas à eugenia, ao racismo científico e ao mito da democracia racial. Como sinalizamos, o segundo período trará à discussão as dimensões socioculturais para a análise da questão étnico-racial brasileira, enquanto o terceiro período será fortemente marcado pela avaliação dos impactos identitários e subjetivos do racismo em pessoas negras, mas também, e principalmente, em pessoas brancas. Esses períodos do pensamento levantam questões que já não podem ser ignoradas, ao mesmo tempo em que, através das denúncias que apresentam, indicam a necessidade de desenvolvermos outras leituras, que possam substituir a aceitação implícita, silenciosa e furtiva do racismo e dos privilégios da branquidão. Eles destacam a importância da conscientização, que, uma vez alcançada, não permitirá mais um retorno incólume a um estado anterior.

Com base nisso, e em nosso levantamento histórico (ROCHA, 2023; 2024), nos estudos realizados contemporaneamente (DAVID *et al.*, 2021; DAVID; VICENTIN, 2020a; 2020b; PASSOS, 2018; 2019; 2020; PASSOS; MOREIRA, 2018a; 2018b; FAUSTINO, 2020; FAUSTINO; OLIVEIRA, 2020; TAVARES; KURATANI, 2019; TAVARES; JESUS FILHO, 2020; TAVARES; JESUS FILHO; SANTANA, 2020; PRESTES; VASCONCELLOS, 2013; PRESTES; PAIVA, 2016; PRESTES, 2020), podemos afirmar que o acúmulo histórico e teórico-crítico produzido nestes períodos mencionados deu origem a quatro movimentos subsequentes, impulsos para a produção de novas abordagens científicas, técnicas e políticas frente ao racismo e seus impactos identitários e subjetivos, que contemporaneamente têm sido denominados de “efeitos psicossociais”. Vamos examiná-los:

(a) O primeiro movimento subsequente, acreditamos, consiste no reconhecimento dos efeitos psicossociais do racismo em todas as práticas no campo da saúde e áreas correlatas. Torna-se impossível negar a presença do racismo em qualquer esfera de saberes e fazeres em saúde, o que demanda urgentemente a produção de práticas antirracistas contextualizadas com esse reconhecimento.

(b) O segundo movimento subsequente, derivado do primeiro, é o desenvolvimento de estratégias para enfrentar o racismo e seus efeitos psicossociais. Buscam-se caminhos para assumir práticas que se contraponham à violência racial, recusando-a como uma realidade intocável ou imutável. Essa recusa pressupõe o fortalecimento das pessoas para enfrentar essa problemática, revisitando estratégias de enfrentamento à violência racial, muitas vezes encontrando inspiração em autores fundamentais, como Juliano Moreira e Frantz Fanon.

(c) O terceiro movimento subsequente evidencia a necessidade de contextualizar o racismo com outras desigualdades estruturais que marcam e demarcam a sociedade brasileira, como as desigualdades de classe, gênero, sexualidade e território. Não é mais viável considerar o racismo como uma opressão isolada das demais, mas sim entendê-lo como parte de uma rede de opressões interconectadas (ou interseccionais), o que demanda uma abordagem multifacetada e não-unilateral para o enfrentamento do problema.

(d) O quarto movimento subsequente, por último, mas não menos importante, visa não apenas criticar e analisar o racismo, nem apenas enfrentar seus efeitos psicossociais, mas sim desenvolver práticas de cuidado em saúde mental que sejam antirracistas. Essas práticas devem focar não apenas na recuperação da saúde, mas também na prevenção de agravos e na promoção de qualidade de vida e saúde mental para pessoas de diferentes origens étnico-raciais brasileiras não-brancas. Este último movimento requer que os profissionais de saúde, todavia, confrontem-se com suas próprias identidades, heranças e pertencimentos étnico-raciais, de modo a não serem agentes de perpetuação do racismo no campo da saúde.

A presença desses elementos, a que chamamos de movimentos subsequentes, na obra de diversos autores contemporâneos, nos chama a atenção para o fato de vivemos um novo tempo do pensamento, compreendido a partir dos anos 2000 até os dias atuais, a que, atrevidamente, nominamos como “momento político-instrumental”. Essa é, em síntese, a sistematização que temos proposto e com a qual temos trabalhado para caracterizar, atualmente, os tempos do pensamento científico brasileiro sobre saúde mental e relações étnico-raciais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, nesta breve explanação quanto a tempos históricos do pensamento científico brasileiro sobre saúde mental e relações étnico-raciais, observamos avanços significativos ao longo da história, que refletem uma crescente conscientização e crítica das estruturas racistas em nossa sociedade; e, sobretudo, no campo da saúde. Desde o momento inicial de determinismo biológico até os estudos contemporâneos sobre efeitos psicossociais do racismo, testemunhamos uma evolução marcante na compreensão das dinâmicas étnico-raciais e suas implicações na saúde mental. A transição gradual de uma leitura essencialmente biológica para uma perspectiva mais contextualizada e crítica evidencia um amadurecimento intelectual, crítico e ético dos saberes-fazeres profissionais em saúde – inclusive dentro das Universidades.

No entanto, apesar dos avanços, é fundamental reconhecer os limites desta pesquisa. Ainda persistem lacunas para uma compreensão mais completa e aprofundada das intersecções entre raça, etnia, classe, gênero, sexualidade e território, por exemplo, bem como na aplicação efetiva das estratégias antirracistas no campo da saúde mental. Além disso, é necessário considerar o impacto das estruturas de poder e privilégio na produção e disseminação do conhecimento científico, o que pode influenciar na perpetuação de vieses e desigualdades, se não vemos este mesmo conhecimento circular.

Logo, à guisa de conclusão, para futuras pesquisas, sugerimos uma abordagem ainda mais interdisciplinar dos estudos, e que incorpore a voz e experiência das comunidades afetadas pelo racismo em sua saúde mental, expandindo a leitura estritamente acadêmico-científica. Além disso, é essencial promover uma análise mais aprofundada das políticas públicas voltadas à luta antirracista, visando identificar e superar barreiras sistêmicas (para além das epistêmicas) que perpetuam a desigualdade étnico-racial no acesso aos cuidados em saúde mental. Investigações longitudinais também podem oferecer compreensões cada vez mais valiosas sobre a efetividade das intervenções antirracistas contemporaneamente propostas ao longo do tempo. E, em última análise, é através da composição de uma matriz colaborativa e crítica que podemos continuar avançando na promoção da equidade racial e na melhoria da saúde mental para todas as brasileiras e brasileiros; e iniciativas como a presente nesta obra são fundamentais para que possamos fazer com que pesquisas (como a que está aqui posta) possam circular e, ao ponderarem sobre o passado, possam alimentar, dia a dia, o presente e o futuro da luta antimanicomial e antirracista.

REFERÊNCIAS

DAVID, E. C.; PASSOS, R. G.; FAUSTINO, D. M.; TAVARES, J. S. C. (Orgs.). **Racismo, Subjetividade e Saúde Mental: O Pioneirismo Negro**. São Paulo: Hucitec Editora (Selo Diálogos da Diáspora), 2021.

DAVID, E. C.; VICENTIN, M. C. G. *Nem crioulo doído, nem negra maluca: Por Um Aquilombamento da Reforma Psiquiátrica Brasileira*. **Saúde em Debate**, v. 44, n. spe. 03, p. 264-277, 2020a.

DAVID, E. C.; VICENTIN, M. C. G. *Relações Raciais, Uma Questão Antimanicomial*. **Revista da ABPN**, v. 12, n. spe., p. 108-137, 2020b.

FAUSTINO, D. M. *Notas sobre a Sociogenia, o Racismo e o Sofrimento Psicossocial no Pensamento de Frantz Fanon*. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, Rio Grande, v. 04, n. 02, p. 10-21, 2020.

FAUSTINO, D. M.; OLIVEIRA, M. C. S. *Frantz Fanon e as Máscaras Brancas da Saúde Mental: Subsídios para uma Abordagem Psicossocial*. **Revista da ABPN**, São Paulo, v. 12, n. spe., p. 06-26, 2020.

KALCKMANN, S.; SANTOS, C. G.; BATISTA, L. E.; CRUZ, V. M. *Racismo Institucional: Um Desafio para a Equidade no SUS?*. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 16, n. 02, p. 146-155, 2007.

LÓPEZ, L. C. *O Conceito de Racismo Institucional: Aplicações no Campo da Saúde*. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 121-134, 2012.

- PASSOS, R. G. “*Holocausto ou Navio Negro?*”: *Inquietações para a Reforma Psiquiátrica Brasileira*. **Argum.**, Vitória, v. 10, n. 03, p. 10-22, 2018.
- PASSOS, R. G. *Frantz Fanon, Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial no Brasil: o que escapou nesse processo?*. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 25, n. 03, p. 74-88, 2019.
- PASSOS, R. G. *Mulheres Negras, Sofrimento e Cuidado Colonial*. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 116-129, 2020.
- PASSOS, R. G.; MOREIRA, T. W. F. *Luta Antimanicomial, Racismo e o Avanço do Conservadorismo em Tempos “Temerosos”*. **Temporalis**, Brasília, v. 18, n. 36, p. 178-192, 2018a.
- PASSOS, R. G.; MOREIRA, T. W. F. *Reforma Psiquiátrica Brasileira e Questão Racial: Contribuições Marxianas para a Luta Antimanicomial*. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 336-354, 2018b.3
- PRESTES, C. R. S. *Não sou eu do campo psi? Vozes de Juliano Moreira e Outras Figuras Negras*. **Revista da ABPN**, São Paulo, v. 12, n. spe., p. 52-77, 2020.
- PRESTES, C. R. S.; PAIVA, V. S. F. *Abordagem Psicossocial e Saúde de Mulheres Negras: Vulnerabilidades, Direitos e Resiliência*. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 03, p. 673-688, 2016.
- PRESTES, C. R. S.; VASCONCELLOS, E. G. *Mulheres Negras: Resistência e Resiliência ante os Efeitos Psicossociais do Racismo*. **Pambazuka News**, [S. l.], v. 63, p. 01-05, 2013.
- ROCHA, R. V. S. **Saúde Mental e Relações Étnico-Raciais no Brasil: Narrativas de Lima Barreto, Leituras Historiográficas e Elucubrações Ulteriores**. 2022. 290 p. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva (ISC), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2022.
- ROCHA, R. V. S. **História do Pensamento Científico Brasileiro sobre Saúde Mental e Racismo (Vol. 01): Da Eugenia ao Mito da Democracia Racial**. 01. ed. São Paulo: Editora Conhecimento Liberta, 2023.
- ROCHA, R. V. S. **História do Pensamento Científico Brasileiro sobre Saúde Mental e Racismo (Vol. 02): Das Teorias Críticas às Práticas Antirracistas**. 01. ed. São Paulo: Editora Conhecimento Liberta, 2024.
- ROCHA, R. V. S.; TORRENTÉ, M. O. N.; COELHO, M. T. Á. D. **Saúde Mental e Racismo à Brasileira: Narrativas de Trabalhadoras e Trabalhadores da Atenção Psicossocial**. 01 ed. Salvador: Devires, 2021.
- SANTOS, A. O.; SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. *Breve Histórico do Pensamento Psicológico Brasileiro sobre Relações Étnico-Raciais*. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. spe, p. 166-175, 2012.
- TAVARES, J. S. C.; JESUS FILHO, C. A. A. *Saúde Mental, Vulnerabilidades e Suicídio nas Populações Negra e Indígena*. In: CORDEIRO, R. C.; OLIVEIRA, W. L. G.; VICENTINI, F. (Orgs.). **Saúde da População Negra e Indígena**. Cruz das Almas: EDUFRB, 2020, p. 261-276.
- TAVARES, J. S. C.; JESUS FILHO, C. A. A.; SANTANA, E. F. *Por uma Política de Saúde Mental da População Negra no SUS*. **Revista da ABPN**, São Paulo, v. 12, n. spe., p. 138-151, 2020.
- TAVARES, J. S. C.; KURATANI, S. M. A. *Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”*. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, e184764, 2019.

TRABALHO REMOTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: relato de experiência uma professora negra em período pandêmico.

Jacqueline Gusmão ¹ – Prefeitura Municipal de Presidente Prudente.

1. INTRODUÇÃO

Entre o período do final de 2019 e meados de 2022, aconteceram transformações sociais preocupantes no mundo inteiro, em relação a COVID-19. Acontecia nesse período o início de uma pandemia, por doença até então desconhecida, que mudou bastante a vida de toda a população. Em atividade de trabalho como docente neste período, especificamente atuei como professora na educação infantil compondo uma pesquisa de mestrado como participante, percurso este, que me proponho relatar neste capítulo de livro.

As preocupações das professoras convergiam com os apontamentos do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2020), aos quais em suma indicavam a suspensão das atividades escolares presenciais por conta da pandemia da COVID-19 e a possibilidade do acarretamento de dificuldades para reposição de forma presencial da integralidade das aulas suspensas ao final do período de emergência, indicando o comprometimento ainda do calendário escolar dos anos seguintes. Fato que se confirmou com o agravamento das ondas virais da COVID-19. Outras perspectivas destacavam a possibilidade de retrocessos do processo educacional e da aprendizagem dos estudantes submetidos a longo período sem atividades educacionais regulares; de danos estruturais e sociais para estudantes e famílias de baixa renda, como stress familiar e aumento da violência doméstica para as famílias, de modo geral; e por fim, do abandono e aumento da evasão escolar.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No campo educacional, o afastamento social fez parte do cotidiano, por um longo período até a atualidade. Narraremos estes anos de experiência pandêmica amparados pelas metodologias de pesquisa autobiográficas em educação infantil, em que, “segundo as quais os indivíduos e, por extensão, os grupos sociais trabalham e incorporam biograficamente os acontecimentos e as experiências de aprendizagem ao longo da vida” (PASSEGGI, 2018, p. 6).

¹ Pedagoga e Pesquisadora, (Prefeitura Municipal de Presidente Prudente) – e-mail: jacque.gusmao@gmail.com

No momento das entrevistas coleta de dados para a pesquisa possuía quarenta e três (43) anos, sou uma mulher, parda. Posteriormente, tive acesso as estatísticas do Censo Brasileiro em Educação (2022) que apresentava o dado em que 51% das professoras atuantes no cenário brasileiro em nível de educação infantil são mulheres negras (somando pretas e pardas). Naquele momento também contava com a formação de licenciatura em pedagogia há treze (13) anos e formação de especialista em Educação Infantil; atuando profissionalmente há oito (8) anos, sendo os últimos dois (2) anos na mesma escola.

Na atividade como professora da educação infantil, dedicava a carga horária de trabalho de trinta e três (33) horas/semanais e eventualmente como substituta na educação fundamental, sob o vínculo empregatício de contrato celetista. Ao longo do percurso metodológico, tive o contrato encerrado e escolhi permanecer como participante até o momento final desta pesquisa. No ano seguinte, pude reingressar na atividade de professora na educação infantil sob o vínculo empregatício efetivo do quadro municipal.

Na rotina escolar, nos adaptamos ao uso de mascarar, de álcool, isolamentos sociais e outros protocolos em saúde para conduzir esse momento de formas menos desastrosas no ambiente escolar. Deste modo, o afastamento das aglomerações se fez necessário para a preservação da vida na terra, incluindo os contatos em sala de aula.

Tendo em vista que o processo pandêmico se instaurava em todos os cantos do mundo, e em meio esse momento coberto de incertezas, foram exigidas como ações imediatas de prevenção da vida, paralelamente, como professoras nos mantivemos no cumprimento de todas as atividades da rotina de trabalho no setor de educacional. Sem saber direito como iria funcionar, a nossa questão principal, chamada educação não encerrou seu funcionamento, alternando em momentos remotos, momentos híbridos e o retorno das atividades presenciais quase dois anos após o início da pandemia.

Em nossa experiência observamos a adesão das escolas e a compreensível obediência de todos os envolvidos aos protocolos sanitários, orientações estas indiscutivelmente colocadas pelas secretarias e órgão oficiais de saúde nas três esferas de governança. Talvez a principal orientação tenha sido sobre o afastamento social com a suspensão das aulas presenciais já ali no primeiro semestre de 2020.

Com aulas suspensas, nós professoras e em consequência as crianças ficamos em casa até a “Segunda Ordem”, com isso a sociedade toda veio se moldando a tudo isto que a doença ocasionou naquele período. Os efeitos negativos ainda são sentidos na atualidade em muitos aspectos da vida cotidiana, como o desemprego, a falência, as doenças psicológicas e outras tantas preocupações que se instauraram após a covid19, não podemos desocupar-nos de maneira alguma desses prejuízos.

O conteúdo escolar na educação infantil foi comprometido consideravelmente em comparação ao seu pleno andamento do ano letivo regular, por outro lado notamos que, em nossa experiência local todos os membros da comunidade escolar tiveram envolvidos com a educação formal realizando adaptações para atingir a aprendizagem. Dentre estes membros, citamos as famílias das crianças matriculadas nas escolas, tiveram obrigações remodeladas, reorganizadas, readaptadas, conforme as possibilidades identificadas na realidade local, para que pudessemos continuar o processo educacional. Ainda que dessa vez, com outras características distantes alguns meses no seu passado. Para as professoras, foram necessárias novas metodologias, com novos objetivos, e procedimentos adaptados para as aulas com crianças pequenas.

Posso deixar registrado que vivenciei dias de intensa aprendizagem, que foram necessárias para preservar-me a própria vida e manter-me no trabalho. Todos tivemos que nos adaptar às maneiras de se manter saudável e trabalhando. Outro atravessamento deu-se quando me vi em meio a um número muito grande de leitura de documentos, decretos, protocolos, além de horas em reuniões online, trabalhos em *home office* e na modalidade remota, a necessidade da aprendizagem e de adaptação ao uso das mídias. Tudo isto aconteceu simultaneamente aos noticiários trágicos, com o número crescente de mortes, as perdas de pessoas próximas

e as inseguranças próprias do contexto de isolamento. Tais elementos contribuíram para o aumento da sensação de ansiedade no dia-a-dia. Diante deste cenário, comemoramos intensamente os avanços científicos o desenvolvimento da vacina. Em contraponto, fomos vítimas dos discursos de autoridades negacionistas, que contribuíram para a piora do estado de saúde mental e psicológico dos professores, nos tornando cada vez mais ansiosos e medrosos.

A educação a distância na educação infantil na modalidade remota prejudicou o aprendizado dos pequenos em objetivos pertinentes aos conteúdos contemplados na educação infantil na modalidade presencial, podemos mencionar aspectos do desenvolvimento como a socialização, a coordenação motora, o autocuidado, enfim pontos dos eixos de aprendizagem que intervimos de forma adaptada para que as famílias pudessem desenvolver em casa.

Procurávamos como professores, garantir os eixos educativos através das apostilas elaboradas conforme planos de ensino e aulas online. Não foram todos os nossos alunos que tiveram acesso a estas aulas e informações online, o contato com a escola foi reduzindo, ao ponto que a maioria não retirava o material impresso disponível periodicamente de 15 em 15 dias, era com isso que preocupações aumentavam e se modificavam.

Restou para nos professores, um período de trabalho, dias em que estávamos presentes na escola, para fazer isso, foram pesquisados os motivos da ausência e da evasão escolar que aumentavam indiscretamente. Somado a estes problemas ainda, estariam aqueles que não retiravam o material impresso, seriam atividades baseadas nos planos de ensino, com possibilidade da criança sem acesso as mídias estarem acompanhando as aulas da turma, sem maiores perdas, e mantendo dessa forma o vínculo com a professora e a escola.

Mas o desejo de todos os professores era o de preservar seus alunos, no nível da turma que estavam matriculados, contudo ainda existia um outro lado, o lado que permitia esfumegar esses problemas e trazer satisfação, era digna de nota a felicidade quando se observa, avanços e sucesso ao redor das impossibilidades que tínhamos do nosso lado, existia a dificuldade de fazer acontecer a efetiva educação e seus objetivos.

Porém o cenário se modifica apenas quando, em janeiro 2021, as primeiras doses de vacinas são aplicadas no país, na sequência em abril desse mesmo ano os profissionais da educação básica, conseguiram a prioridade para serem vacinados.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere ao trabalho de professora na educação infantil, as desigualdades intensificaram-se a partir dela e modificam as atuações profissionais, causando mistura de sentimentos difíceis de se descrever em palavras. Em um primeiro momento, todos nós nos encontrávamos nesse navio “á deriva”, sem roteiro, com a sensação de falta de suporte. O que nos restava institucionalmente era obedecer documentos que eram publicados rotineiramente, publicações essas que, orientavam apenas obedecer a nova ordem.

Podemos falar de dias nos quais acreditávamos que estávamos com acesso a todas as mídias e internet, e, de repente vemo-nos obrigadas a adquirir novos componentes como celular e notebook, para continuar o trabalho, dentro do mínimo de condições, tornou-se uma necessidade adquirir um bom notebook, um bom celular, colocar internet em casa, além claro, não podemos esquecer, do investimento em inúmeras compras de máscaras na intensão de se defender do vírus, isso tudo para manter-se no trabalho, de maneira que ninguém, ficasse prejudicado, principalmente os alunos. Notamos também, o aumento do número de lives de formação, das atividades de cuidados com a mente, com a própria saúde, de incentivos, aumentamos as leituras; tudo isto para que pelo menos os professores pertencentes a esta rede municipal de ensino pudessem ofertar um serviço que permitisse a continuidade e permanência no ambiente de trabalho, bem como, o contato das crianças e famílias com a escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Portaria Nº 343, de 17 de Março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União, Edição: 128, Seção: 1, Página: 1, 2020b. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm >. Acessado em 12/05/2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2022: Resumo Técnico**. Brasília, 2022, 82 p. Disponível em: < https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf>. Acessado em 02/04/2024.

PASSEGGI, M. C. & Cols. **Pesquisa auto (biográfica) em educação [recurso eletrônico]: infâncias e adolescências em espaços escolares e não-escolares**. Natal, RN: EDUFRRN, 2018.

O CAMINHO DE VOLTA – reflexões de uma pesquisadora em retorno

Júlia Araújo Carvalho¹ – FCL-Ar/Unesp

1. INTRODUÇÃO

Muitos trabalhos se dedicam a refletir os avanços e desafios futuros das políticas de reparação no Brasil, sobretudo a partir da lei de cotas. Em novembro de 2023, o então presidente Lula sancionou a Lei nº 14.723/2023 que atualiza a Lei nº 12.711/2012², entendendo que dentre os avanços necessários para esse novo momento, passados 11 anos desde sua formulação inicial se fazia necessária a atualização da redação de modo a ampliar os direitos e reduzir as margens de interpretação equivocada perante o dispositivo de Lei (Heringer, 2015; Brasil, 2023).

Dentre as principais novidades, consta a alteração do critério de renda para a reserva de vagas, inclui os quilombolas como beneficiários da lei de cotas, e extensão do alcance das políticas afirmativas para a pós-graduação. É diante desse cenário de novidade da lei que prevê a reserva de vagas nos programas de pós-graduação que, a pergunta sobre a adequação das lógicas e estruturas vigentes, há muito debatida nos programas e departamentos de graduação Brasil afora ressurge e ganha novo contorno quando analisa a estrutura e a compreensão do fazer pesquisa na pós-graduação.

Assim, mais do que uma reflexão teórica, o texto que se constroi diante de seus olhos, visa partilhar as angústias e percepções de uma pós-graduanda cotista que não encontra nas lógicas formais e comumente aceitas pela academia, caminhos que respondam às necessidades de sua pesquisa sem ocultar-lhe sua identidade em retorno. Em outras palavras, o que encontraremos a seguir trata-se de um manifesto propositivo que, na busca por uma ciência que preze a diversidade e multiplicidade cosmoperceptiva não ocidental, reflète os encontros e desencontros éticos e filosóficos produzidos no ser uma mulher negra de terreiro e estar como pesquisadora acadêmica debatendo (re)existências originárias.

1 licenciada, bacharela e mestra em Geografia pela FCT/Unesp; doutoranda em Ciências Sociais pela FCL-Ar/Unesp – *e-mail*: julia.araujo@unesp.br

2 A Lei 12.711/2012 também é conhecida como lei de cotas, o debate de implementação da mesma durou cerca de 10 anos, tendo surgido como reverberação nacional dos debates ocorridos durante a Conferência de Durban (2001) que, impulsionou o Estado do Rio de Janeiro adotar já ano de 2002 o primeiro sistema de cotas raciais do país.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Eu pesquisadora

Se afirmo que essa reflexão surge da inquietação e não adequação do meu ser com o estar no meio universitário, parece interessante que saibam quem sou. Como já dito, sou mulher negra e candomblecista que vive e produz ciência no interior do Estado de São Paulo.

Não pretendo produzir modelos a serem replicados universalmente a toda e qualquer pesquisa, mas desejo com este texto estabelecer ponto de diálogo e encontro entre minhas percepção e vivência como pós-graduanda cotista em universidade pública brasileira e outros arranjos possíveis, refletindo a rigidez entorno da compreensão do fazer científico e os universos cosmoperceptivos incompatíveis com a lógica vigente nos espaços em que acesso como doutorando em Ciências Sociais.

2.2 O fazer etnográfico e o distanciamento analítico

Assim como nas ciências modernas, a antropologia também se produziu e consolidou em uma lógica de distanciamento analítico; a etnografia e o exercício etnográfico produzidos a partir da antropologia e posteriormente replicada em outras ciências, preocupa-se grandemente em compreender como os diferentes grupos humanos entendem e se relacionam o mundo e tudo que lhe compõe. Nesse processo é essencial lançar mão de concepções e juízos de valor pré-estabelecidos, em uma disponibilidade de afetar-se pelo ambiente e relações nele produzidas, ainda que, no movimento analítico, seja preciso retornar a um rigor metodológico quase asséptico onde as comparações são produzidas com fins didático-explicativos, buscando definir inclusive quais elementos são próprios de um povo e quais elementos foram incorporados ao longo do tempo.

Chegamos a primeira encruzilhada desse caminho repleto encontros e desencontros entre os princípios do fazer científico e os princípios afro-diaspóricos, pensemos:

Se nossos ancestrais, sequestrados de seus lares, esbulhados de suas terras, violados e violentados das mais diversas maneiras, foram conduzidos a produzir sincretismos, associações e fusões culturais e filosóficas como estratégia de resistência, como nós poderíamos prezar por um purismo metodológico?

Se nossos ancestrais advindos dos mais diversos povos e reinos de África e América nunca prezaram a oposição distintiva entre razão e emoção; entre corpo e espírito; entre indivíduo e coletivo, como então podemos reclamar propriedade intelectual individual a trabalhos produzidos em comunidade que partilham de princípios e conhecimentos coletivos e ancestrais? Como podemos pensar a organização da parte sem considerar o todo e vice-versa? Como então podemos pensar, analisar e traduzir essas relações para um imaginário colonialista que preza o direito individual sobre o coletivo, que atribui valor diferente as coisas e pessoas a partir do acesso a moeda e do privilégio historicamente constituído a partir da violência e genocídio?

Como então, nós, herdeiros de um histórico de negação de direitos, ocupando hoje mais espaços de acesso e debate teórico e político via políticas de reparação, podemos não só ocupar esses espaços, como a academia, incorporando nossos princípios éticos e filosóficos pela produção de novas narrativas que não neguem nossas identidades nem a de nossos ancestrais se para a academia e seus catedráticos pouco ou nada interessa a reforma epistêmica da ciência?

2.3 O caminho de volta

Obviamente existem caminhos possíveis, nós e os nossos subvertemos as estruturas impostas, ora de maneira mais sutil – quase imperceptível – ora de maneira mais efusiva e energética, tensionando as estruturas. Uma das estratégias mais comuns é a equalização de perspectivas, ponderando as narrativas reforçadas e reafirmadas historicamente perante as narrativas dos grupos historicamente silenciados; outra possibilidade reside no evidenciar de violências próprias dos processos, bem como a nomeação dos agentes históricos da violência e as estruturas estabelecidas para a sua própria manutenção.

Uma infinidade mais de caminhos existe, que vão desde a adoção de referenciais teóricos não eurocentrados até a adoção de referenciais e princípios teóricos de renomados pensadores do dito primeiro mundo sobre a creditação de autoria ancestral, evidenciando assim o roubo e ocultação intelectual produzidos e reproduzidos.

Gosto de pensar a aproximação entre os pensadores renomados e os saberes ancestrais. Dentre as várias abordagens possíveis para o envolvimento analítico, a ideia de caminhada se apresenta muito potente ao debate, por prever o envolver-se com a coisa como elemento próprio do desvendar a coisa ao mesmo tempo que se produz a coisa em si. Seguir um caminho é mais sobre escolher instintivamente um rumo diante das possibilidades apresentadas no agora e com o auxílio de quem lhe antecede do que navegar sobre um mesmo percurso a partir das instruções de um mapa ou navegador que lhe indica o melhor caminho (Ingold, 2015).

Ao guiar-se com instrumentos de navegação, sua atenção está voltada ao objetivo final, seus olhos e mente se mantêm atentos às instruções do navegador, para que assim chegue o mais breve possível a seu objetivo. A caminhada, por sua vez, desloca sua atenção do objetivo final para o caminho, o viajante que se mantém atento a trilha produzida por aqueles que lhe antecederam certamente chegará ao destino final, ainda que esse caminho não seja o mais rápido. Ainda assim, não existem garantias de que não irá se perder, sendo demandado ao caminhante atenção ao caminho, até para que possa retornar posteriormente, produzindo então seu mapa; estando diante de caminhos apagados, o viajante/caminhante é conduzido a produzir escolhas que darão novos contornos a seu caminho, mas sempre lhe conduzindo a um destino.

De maneira muito similar, *Èsù* nos fala sobre o movimento, a determinação e as escolhas. Nossa história só se produz no movimento; são nossas escolhas diárias que contornam nosso caminho e nos conduzem a novas encruzilhadas que nos tensionam a novas escolhas e por conseguinte, novos caminhos. De igual modo, a atenção ao caminho se manifesta nos ideogramas do povo Ashanti que nos recorda “não é tabu voltar e pegar o que ficou pra trás”, em *Sankofa* recordamos que é preciso conhecer o passado, para vivenciar o presente e construir um futuro próspero que não repita erros.

É justamente na sabedoria ancestral que compreendo que se anseio não repetir os erros do passado, devo aprender com ele. Ainda que ambas as abordagens valorizem o caminho e as caminhadas, ou ainda os caminhantes, trata-se de abordagens muito distintas entre si e, aprendendo com o passado, escolho me utilizar das premissas diaspóricas para pensar ciência hoje, dando voz para as perspectivas historicamente ocultadas.

Não espero produzir um novo método ou conceitos, tampouco negar os conhecimentos já produzidos, mas nego os purismos metodológicos preconizados pela academia; nego o juízo de valor estabelecido pela academia que atribui conhecimentos e condutas de determinado povo de África e/ou de América como mais valioso ou civilizado que outro; determino que minha constituição é diversa e própria do processo de diáspora assim como minha família religiosa que possui matriz jeje-nagô e ainda assim cultua os ancestrais da terra, em respeito aos primeiros povos que aqui acolheram nossa ancestralidade e nossos ancestrais.

Sendo assim localizo minha produção intelectual junto a diversidade que me é constitutiva, valorizando as contribuições dos diferentes povos que há muito produzem resistência e sabedoria e demarco meu compromisso epistêmico com a história dos meus e seus aliados em luta, um compromisso que é individual em processo e coletivo enquanto finalidade da produção de um futuro próspero e justo.

2.4 Ìwà rere – a ética de pesquisa e o culto ao bom caráter

Tendo refletido a posição ocupada enquanto pós-graduanda cotista e os caminhos necessários para produzir pesquisa, valorizando a diversidade étnico-cultural e epistêmica, nossa caminhada se depara com mais um momento de necessária escolha, a ética de pesquisa.

Não se trata então de negar a importância de preconizar a ética dentro dos espaços de pesquisa, tampouco defender que todos aqueles inseridos em uma lógica de identidade afro diaspórica são por essência guiados pelos princípios da coletividade e da ética, mas se trata de novamente revisitar os ensinamentos da ancestralidade para compreender que, independentemente dos princípios éticos, uma pessoa que produz pesquisa sem cultivar o bom caráter é incapaz de exercer e produzir uma pesquisa ética e pior, gera desconfiança daqueles que são impactados por sua antiética. Vejamos:

O *adinkra* *Kramo bone amma yeanhu kramu pa* nos conduz novamente a refletir a sabedoria ancestral, em livre tradução significa “o mau muçulmano dificulta a identificação do bom muçulmano”. Quando transpomos essa sabedoria para o campo das pesquisas acadêmicas, somos recordados de tantas e tantas vezes que um grupo se levanta e recusa à execução de uma pesquisa porque outros pesquisadores que por lá já passaram foram antiéticos, deturpando e descontextualizando eventos e situações observadas e tantas outras situações onde não se estabelece o princípio do mercado – a troca justa – oferecendo assim uma devolutiva ao grupo que lhe serviu de subsídio para produção acadêmica.

Nesse sentido, localizamos que cabe-nos estabelecer nossas relações de vida e pesquisa baseadas na troca justa, na verdade manifesta pela palavra e transparência, cultivando assim *ìwà rere* e *ìwà pèlè*.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo ponderado quem sou, quem somos, quais caminhos escolho adotar em meu percurso acadêmico e quais relações escolho estabelecer, me deparo com um produto diferente, que reúne princípios filosóficos de Ifá com elementos da natureza e das sabedorias Ashanti, estabelecendo assim, princípios de pesquisa complementares que conduzem estabelecem diretrizes fluidas por uma pesquisa diversa e fértil.

Figura 1: Pressupostos de pesquisa



Elaborado por: a autora (2024).

Assim como explicitado na figura síntese, as reflexões aqui partilhadas, a pesquisa produzida em meu processo de retorno identitário, por vezes assume predileção pelas sabedorias coletiva ancestral dos povos originários como referencial de trabalho, preconizando a alteridade no fazer antropológico e reafirmando o caráter humano da pesquisa que só se estabelece a partir da relação entre sujeitos que assim, se convertem em agentes da pesquisa, da história e de si mesmos (Viveiros de Castro, 2002; Goldman, 2006; Carvalho, 2023).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 14.723/2023**. Casa civil, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm#art2

CARVALHO, Júlia Araújo. **Do território originário ao confinamento territorial**: uma análise histórico-cultural da política territorial indigenista no Brasil. Presidente Prudente, 2023, 135 p. Dissertação - Unesp, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/243434>

GOLDMAN, Marcio. «**Alteridade e experiência**: antropologia e teoria etnográfica», Etnográfica [Online], vol. 10 (1) | 2006, posto online no dia 22 agosto 2016, consultado 31 março 2023. URL: <http://journals.openedition.org/etnografica/3012> DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.3012>

FRISVOLD, Nicholaj de Mattos. **Ifá: uma floresta de mistérios** - São Paulo: Arole Cultural, 2022.

HERINGER, Rosana (org). **Cadernos do GEA** – n. 7 (jan./jun. 2015). – Rio de Janeiro : FLACSO, GEA, UERJ, LPP, 2012- v. Semestral ISSN 2317-3246.

NASCIMENTO, E. L. & GA, L. C. **Adinkra** - Sabedoria em símbolos Africanos. IPEAFRO, 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. In: **Mana**, 8(1):113-148, 2002.

VIDAS QUE IMPORTAM? Pessoas LGBTQIA+ negras no contexto das políticas públicas de Educação e Assistência Social

Lorena Rodrigues de Sousa¹
Alline Aparecida Pereira²

1. (SOBRE) VIVÊNCIAS: GUIADAS PELA ANCESTRALIDADE

Iniciamos este capítulo pedindo licença a nossa ancestralidade negra, a tantos dos nossos que, também jovens LGBTQIA+ e , sobretudo as pessoas trans e travestis desse segmento racial negro, as quais possuem as suas vidas interrompidas, neste país, que mais mata a essa população (IPEA, 2023). À essa nossa ancestralidade, todo o nosso respeito e honra, pois, como bem nos ensinou o mestre de ofícios quilombola Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, “a nossa ancestralidade nos guia” (SANTOS, 2019).

Aprendemos com Mestre Nego Bispo que:

O povo eurocristão monoteísta por ter um Deus onipotente, onisciente e onipresente, por tanto único, inatingível, desterritorializado, acima e- Ema de tudo e de todos, tende a se organizar de maneira exclusivista, vertical e/ou linear. Isso pelo fato de ao tentarem ver o seu Deus, olharem apenas em única direção. Por esse Deus ser masculino, também tendem a desenvolver sociedades mais homogêneas e patriarcais. Como acreditam em um Deus que não pode ser visto materialmente, se apegam muito em monismos objetivos e abstratos (SANTOS, 2019, p.29).

Mestre Nego Bispo ao nos referir sobre a ancestralidade de quem nos (povo eurocristão monoteísta) majoritariamente brancos e cristãos, cosmovisão essa totalmente diferente dos povos afro-pindorâmicos de nossa terra, conseguimos compreender, de maneira mais nítida, a formação e fortalecimento, cada vez maior,

1 Professora na Faculdade Anhanguera - Divinópolis (MG). Mestra em Educação e Formação Humana (UEMG). Pós-graduada em Docência do Ensino Superior. Psicóloga CRP04/54533. Está como Conselheira no Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, referência das Comissões de Gênero e Diversidade Sexual e Psicologia e Juventudes. E-mail: lorenarodriguessousa@gmail.com

2 Psicóloga CRP 05/69739 - Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em Magé-RJ. Está Assessora Técnica Regional da Coordenação de Assessoria Técnica e Monitoramento (CATEM) do Programa Rio Sem LGTBfobia. Doutoranda e mestra em Psicologia (UFF). Especialista em Literatura e Cultura Afro-Brasileira (UFJF). Especialista em Gestão de Políticas Públicas com foco Gênero e Raça (UFV). Bacharela e licenciada em Educação Física (UFJF).E-mail: allineapereira.psinafsmage@gmail.com

da bancada cristã política no país e, possivelmente, o encorajamento do ranking assumido pelo Brasil mencionado anteriormente. Nesse âmbito, não poderíamos deixar de referenciar, na poética de nossa resistência, a reverência a canção intitulada *Oração*, composta, protagonizada e interpretada no vídeo-clipe, por pessoas transexuais, travestis e demais pertencentes a população LGBTQIA+ negra, quando ao cantarem e encenarem essa música, podem reeditar a conotação cristã para positivar as suas identidades nesse cenário: “*Não queimem as bruxas, mas que amém as bixas, mas que amém, que amém, que amém, clamem, que amém também, que amém as travas também*” (Linn da Quebrada, Liniker, Urias, Alice Guél, Jup do Bairro, Ventura Profana, Verónica Decide Morrer, 2019). Berenice Bento (2018, p.53) sustenta, ao retomar a história nacional do Estado que “dar a vida e dar a morte não podem ser pensados separadamente”, a autora ainda ressalta a existência de uma política que provoca morte, faz morrer, o que vai além de simplesmente deixar morrer. E como a Rainha Elza Soares já nos mandava o papo reto, a gente segue com o recado que ela nos deixa, “Coragem meu bem, porque o medo da morte leva a vida também.” (SOARES, 2023).

2. ESCRIVÊNCIAS POR: VIDAS QUE IMPORTAM PARA NÓS

Aqui falaremos pretuguês assim como nos ensina e nos inspira Lélia González (2020). Ainda como nos embala Audre Lorde, construiremos “uma tentativa de analisar e compartilhar certas partes da história” (LORDE, 2019, p.91) comum a nós autoras, ao afirmarmos sobre o que tem nos tornado pertencentes ao texto, no contexto de toda uma comunidade negra de nosso país. Escrevemos pois, como aprendemos com Conceição Evaristo, nós mulheres negras, sujeitas da experiência as quais também se identificam dentro da população LGBTQIA+. E sim, igualmente sujeitas do conhecimento, pesquisadoras das temáticas de relações étnico raciais, gênero e sexualidade e suas interseccionalidades. Diante dessa realidade, pretendemos compartilhar sobre as vidas LGBTQIA+ negras que (não) importam para o Estado, no contexto de nossos encontros de atuação acadêmico e profissional nas políticas públicas de Educação e Assistência Social, com base em referências de autoras que caminham com a gente e apontam a relevância de nossas memórias e identidades. Nas nossas práticas profissionais no contexto de atuação, seja na Proteção Social Básica, no Centros de Referências de Assistência Social (CRAS), ou na educação em escolas públicas, ouvimos profissionais negarem a existência do racismo, afirmando que isso não é um problema que ocorre naquele espaço, que tem outros problemas reais e maiores, assim ouvi no meu primeiro dia de trabalho no contexto da educação, no interior de Minas Gerais em 2023, o que me remete a Lélia Gonzales (2020, p.75) que denuncia de maneira bastante próxima do que escutamos, “Racismo no Brasil? Quem foi que disse? Aqui não tem diferença, porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus”. E olha que a autora nos diz desses discursos lá em 1984 (quando o texto foi escrito), e eles seguem se repetindo e se fortalecendo em pleno ano de 2024. Se reeditam na fala de uma colega profissional de psicologia, que se nega a enxergar a realidade, e deslegitima uma dor que nunca sentiu, percebemos isso também como uma forma de matar, mata a possibilidade da construção de amor próprio, mata a possibilidade daquela identidade se sentir valorizada e amada, mata a possibilidade daquela identidade de sonhar, uma vez que ouve o tempo todo o discurso de “que filho de peixe, peixinho é” Lélia González (2020, p.78) como também ressalta a autora e assim reproduz certos profissionais que encontramos pelo caminho. Neste mesmo ano, ouvi de uma colega de trabalho que no futuro uma criança de 5 anos, um menino negro, seria chefe do tráfico assim como seu pai. Quando ouvi essa mesma criança, compartilhou que não tinha dormido pois os policiais de roupa camuflada tinham invadido sua casa e destruído sua cabaninha o que o deixou triste, por isso estava com sono e não conseguia fazer as atividades.

Certa vez, no ano de 2019, na região da baixada fluminense no estado do Rio de Janeiro, recebemos no CRAS um casal que, por algum tempo, esteve em situação de rua e, naquele momento, se encontrava no serviço de Casa de Passagem do município. Ela se identificava como mulher transgênero, e ele homem cisgênero, ambas pessoas autodeclaradas negras, ela heterossexual e, ele bissexual. O contato com o nosso equipamento, o CRAS, se dava em função da possibilidade de construirmos a adesão desse casal às oficinas de geração de

renda que tínhamos disponíveis até então. E a oficina escolhida foi a de corte e costura artesanal. A escuta atenta e compartilhada de nossas trajetórias, de nossas (re) existências e enfrentamentos para além da sobrevivência, era motivo de, inicialmente, construirmos os nossos vínculos e, ao longo dos acompanhamentos, fortalecê-los ainda mais. Em alguns momentos também era possível estar com ela e ele costurando as nossas memórias, durante a oficina. Eram encontros ancestrais de nós, pessoas negras trans e bissexuais. A companheira autora desse texto, expressa lindamente em sua poesia intitulada *Dia da Visibilidade Trans*, o que pudemos vivenciar naqueles momentos:

Visibilidade é caráter, condição atributo do que pode ser visível Quem vê as pessoas trans, as travestis? O que é ser trans? Não existe uma única definição e não é o outro que tem que definir. Viva a autodeterminação! Viva as diversas formas de ser e sentir, de experienciar, de transformar, de questionar, de romper, de ocupar, de se identificar, de rejeitar, de se encontrar, de aquilombar, de recusar o binarismo e evidenciar a potência de tantas possibilidades de ser no mundo. Aprendemos com uma das divas do parlamento que: “Não iremos tolerar!” e estamos entendendo os tantos lugares que podemos ocupar, ainda há muito a se visibilizar... Tem muitas histórias pra contar E por mais que queiram nos eliminar, não é só através da dor que vamos falar. É preciso falar de amor, do afeto que reconstrói, da afirmação que fortalece, das possibilidades de acesso, de direitos, de conquistas, de sonhos, da potência do coletivo, da riqueza do encontro, de nós fazer visíveis, de ocupar onde desejar, de viver e dizer: “Não tolerarei”, nem simplesmente serei tolerade. Serei valorizado! (LORENA RODRIGUES, 2024)

Quando do encerramento da oficina, recebemos o primeiro chaveiro por ela confeccionado. Sim, o primeiro que foi dado de presente a psicóloga. E adivinhamos como ela escolheu fazê-lo para presentear? Um coração, dado, conforme ela, “de coração”.

Consideramos que as políticas e técnicas, sob o viés que determina as vidas que (não) importam, podem afetar na ausência de políticas e medidas que visam romper com racismo, machismo, LGBTQIA+fobia, já que as vidas que sofrem os efeitos dessas práticas, não recebem proteção suficiente, para seguirem suas trajetórias sem que sejam atingidas pelos efeitos advindos das construções estabelecidas nesse contexto. Sob essa ótica -vista por quem? contada por quem? determinada por quem? - que determina quais vidas são consideradas dignas de serem vividas, ou matáveis, e uma vez que são vidas que matáveis, o silenciamento, violência ao longo do percurso dos sujeitos, vão ao encontro a essas técnicas, que selecionam os que merecem proteção e os que merecem ser alvos.

Elza Soares que na música “Coragem”, escancara a realidade “Se você é preto, não se iluda meu bem , entre eles e nós a lei protege quem?” Fica nítido assim o perfil de e quem é considerado suspeito, e uma vez que essas concepções são incorporadas pelo Estado e pela sociedade, entende-se que esses suspeitos são alvos durante toda suas trajetórias de vida, nesse sentido, questionamos sobre como seriam as experiências desses sujeitos no contexto da educação, e considerando aqui todos os marcadores que compõe as identidades, que configura um processo que reverbera na formação de identidades. E como essa educação e ciência também reverbera nessas concepções sobre quem é considerado suspeito.

Bárbara Carine (2023), elucida como o concepção de raça se conecta com a importância (ou inexistência dessa importância) de nossas vidas negras, e que a ciência que sustenta por séculos o racismo científico, só caiu a duas décadas atrás, todavia, a autora denuncia que, a ciência “esqueceu de avisar ao Estado e ao seu braço armado que nós somos humanos.” Bárbara Carine (2023, p.44)

O Anuário Brasileiro da Educação Básica 2 analisou que, 26,1% das escolas analisadas, tinham projetos temáticos sobre Homofobia, 15,8% tinham projetos temáticos sobre Machismo, 35,9 % tinham projetos temáticos sobre Desigualdade, e 48% tinham projetos temáticos envolvendo Relações étnico-raciais/racismo (TODOS PELA EDUCAÇÃO 2021.p.117). Através destes dados percebe-se que menos da metade das escolas brasileiras desenvolvem projetos que abordam as temáticas supracitadas, diante da ausência desses projetos, entendo que por essas pautas não serem abordadas permanece o silenciamento, invisibilidade e com isso tende a se manter as desigualdades, violências discriminações.

E vamos falar mais! Não precisamos de um projetos temáticos simplesmente porque não somos um tema, somos identidades! Precisam entender que existimos durante toda formação, e precisamos ser representadas, valorizadas, como diz nosso ministro Silvio de Almeida, “Vocês existem e são valiosos para nós” (2023, on-line).

E como essa valorização acontece nos processos educativos? Quem conta nossa história? Nossas identidades LGBTQIA aparecem ou são eternamente ocultas, marginalizadas, ignoradas? Tratados como alvo de correção, ou simplesmente tolerância. Ninguém quer ser tolerado! Estão contando que descendemos de reis e rainhas ou simplesmente que somos descendentes de escravizados, como se não tivéssemos uma história antes de sermos sequestrados? Bárbara Carine (2023, p.99) nós ensina que “Só sabendo de onde viemos (olhando para trás) que sabemos quem somos; e é só a partir da nossa agencia ancestral, que conseguimos construir novos passos rumo à emancipação do nosso povo.” E ainda refletindo sobre o papel dos processos de formação te processo de formação:

Em face dos padrões que se estabelecem de diversos modos, naturalizados, e incorporados em diversas instâncias dos contextos sociais, consideramos como fundamental os questionamentos feitos Preciado (2013, p.97), entre eles: “Quem defende o direito das crianças diferentes? Os direitos do menino que adora se vestir de rosa? Quem defende os direitos da criança a crescer num mundo sem violência sexual ou de gênero?” Os questionamentos de Preciado, foram reproduzidos, em uma postagem da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) em 2021, o que demonstra como essas perguntas são importantes na realidade, e como os movimentos sociais e produções acadêmicas são importantes para visibilizar e tentar transformar essas realidades.

Além dos aspectos de gênero, sexualidade salientados nesse contexto, acreditamos ser relevante problematizar sobre quais crianças a autora estaria se refere, haja vista que em se tratando de uma criança, preta, pobre, de classe baixa, e fora do padrão que impõe a heteronormatividade[2], pode-se observar que as suas vivências também se darão a paritr destes marcadores que formam suas identidades. Assim sendo, é fundamental uma discussão que vai além de olhar gênero, sexualidade, raça, classe, de maneira fragmentada, como se os sujeitos se identificassem com um outro marcador social destes, mas sim entendendo que estão interligados, considerando a interseccionalidade:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Crenshaw (2002, p.177).

Embora a indicação de medidas para “concertar” a identificação sexual conforme Preciado, pela via da medicina, tenha ocorrido em outro contexto e em um momento histórico diferente do atual, nota-se como esse debate ganhou força recentemente, diante de movimentos por parte de “profissionais da psicologia” que buscavam autorização da “terapia de reversão sexual” também conhecida como “cura gay” a prática chegou a ser autorizada por um juiz de primeira instância em 2017[4], todavia o Conselho Federal de Psicologia (CFP) recorreu, e teve êxito, foi determinado que se mantivesse a resolução N° 001/99 de 1999 que proíbe tal prática, haja vista o reconhecimento de que homossexualidade não é doença Brasil de fato (2019).

3. Somos continuidade

Observamos na realidade, estratégias por parte do Estado de omissão e exclusão, que se fazem presentes de modo a promover vivências marcadas por desigualdade. Pensando especificamente em pessoas negras LGBTQIA+, nota-se a relevância de tornar evidente suas necessidades de modo a reconhecer a interseccionalidade, e os impactos dos marcadores sociais que os compõe em suas vidas, ao pensar em violência, por

exemplo, de acordo com Nascimento (2021), não se pode falar nessa pauta sem que se pense em dados a partir da interseccionalidade.

Contudo, explicitamos que este estudo não tem por objetivo apresentar soluções mas sim levantar questões e percepções com base na interlocução com aquelas com as quais caminhamos juntas, estabelecendo relação com elementos do contexto brasileiro. Reconhecemos que o Estado também “faz morrer” Bento (2018), mas além disso, torna difícil as trajetórias de pessoas que não são alvos de sua proteção e deste modo não são consideradas como vidas que não importam, o que repercute inclusive no âmbito na educação. E continuaremos usamos a nossas vozes negras LGBTQIA+: “Se quem cala consente, a minha boca vai continuar sendo uma arma letal contra o abuso de poder.” Elza Soares (2023, on-line)

Quem pode viver e quem pode morrer? Se todas as vidas importam, como elas importam: - A você que não é alvo de balas de fuzis? - A você que não é alvo da fome? A você que não é alvo das limitações do acesso a água (tratada) para beber e restrições para lavar as mãos, e que pode continuar, durante a Pandemia da Covid-19, sem estar exposta/o, diretamente, ao coronavírus? - A você que não é alvo do cerceamento da liberdade de ir, vir e permanecer, onde quer que você esteja ou queira estar, inclusive na sua casa (quando você tem uma)? A você que não é negro? A você, enfim, que não é mira da violência do Estado? Não, não é mais um apelo à um discurso de inclusão ou a integração a uma sociedade colonialista. Ora, o Estado é colonialista, e nesse bojo, também racista. Aqui, não estamos apenas querendo reivindicar direitos os quais sabemos que estão garantidos em uma constituição democrática. Apesar de também sabemos que esses direitos se encontram há tempos ameaçados. Ou ainda, que para muitas pessoas, independentemente dos tempos vividos, eles sequer chegaram e tiveram a possibilidade de serem acessados. O braço armado do Estado segue em curso com suas operações policiais nas favelas, periferias, quilombos... Tanto em governos democráticos ou não. O difícil acesso a saneamento básico e energia elétrica nas favelas, por exemplo, territórios eminentemente negros, é uma realidade desde as suas existências. Por que? Mas ainda sim, há levantes. Ainda sim, há resistências, ainda sim (auto) cuidam-se... E aí reside o medo. Medo dos modos de existir desses que ousam a (sobre) viver. Talvez aqui estivéssemos fazendo uma nota de repúdio à tudo de pior que historicamente vivemos alguns muitos, devido a continuidade dos privilégios de outros. Da manutenção da vida de uns em função do genocídio e etnocídio de outros. Onde você se encontra? Nos alguns ou nos outros? Alline Pereira (2023)

Somos continuidade...

Referências

- ALMEIDA, Silvio de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro. Jandaia, p. 1-264. 2020.
- ANTRA. Quem protege as Crianças LGBTI+?. Brasil. Publicado em: 26 de abril de 2021. **Instagram: @antra.official**. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/COIpqtkn2pH/>. Acesso em: 12 de fev. 2021.
- BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. *Cadernos Pagu* [online]. 2018, n. 53, e185305. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449201800530005>>. 2018. Acesso em: 10 de fev. 2022.
- BRASIL DE FATO. 2019. Ministra do STF manda suspender ação que liberava “cura gay”. Publicado em: 24 de abril de 2019. Acesso em: 15 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/24/ministra-do-stf-manda-suspender-acao-que-liberava-cura-gay/>.
- CARINE, Barbara Pinheiro Soares, **Como ser educador antirracista**. Planeta do Brasil, São Paulo. 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP N.º 01/1999. _____. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 10 de fev de 2022.
- CRENSHAW, Kimbelé. Documento Para O Encontro De Especialistas Em Aspectos Da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. Tradução de Liane Schneide. **Estudos Feministas**. 171-188. 2002.

- IEPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Atlas 2023: População LGBTQI. IPEA (2024). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/282/atlas-2023-populacao-lgbtqi>. Acesso em: 09 jan. 2024.
- GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: Por um Feminismo Afro-Latino Americano, Org: Flávia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar. (1984)2020.
- LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019)
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e Educação Uma perspectiva pós estruturalista**. 16. Ed. Petrópolis; RJ: Vozes, 2014. 8ª reimpressão 2020.
- NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. Feminismos Plurais. Jandaíra. São Paulo. 1-191. 2021.
- NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo Negro: Tensionando Interseccionalidades** In: E-book: Políticas Públicas e Diversidade: Quem precisa de Identidade?. Teresina: EdUFPI, 130-1412020.
- PRECIADO, Paul B. (2013). Quem defende a criança queer? **Jangada**, 1(2002), 96–99.
- QUEBRADA, Linn da Quebrada. Oração. Youtube. 02. nov. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y5rY2N1XuLI&list=RDy5rY2N1XuLI&start_radio=1&rv=y5rY2N1XuLI&t=0. Acesso em: 08 de abril de 2024.
- RATTS, Alex. **A Escrita Das Irmãs/Hermanas/Sisters**: Notas Prelimes Acerca Da Obra Não Ficcional De Autoras Negras. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, Florianópolis, p. 1-9. 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373338516_ARQUIVO_Ratts_Aescritadasirmashermanassisters.pdf. Acesso em: 15 de jan. 2022.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significados**. 2 Ed. Brasília: INCTI/UnB/CNPq, 2019.
- SOARES, Elza Soares. Coragem. Youtube. 22 jun. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HNB-s7aciGU4>. Acesso em: 08 de abril de 2024.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021**. Moderna. São Paulo. 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf. Acesso em 16 jan. 2022.
- VOCÊS EXISTEM E SÃO VALIOSOS PARA NÓS: Leia a íntegra do discurso de Silvio Almeida. Congresso In Foco UOL. Brasil. Publicado em: 03 jan. 2023. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/leia-a-integra-do-discurso-de-silvioalmeida-somos-a-vitoria-dos-nossos-antepassados/>. Acesso em: 10 de fev. 2023.